



Relatório e Contas 2014

Índice

INTRODUÇÃO	4
1. ANÁLISE DA ATIVIDADE DA FFCUL EM 2014.....	11
1.1 EVOLUÇÃO DOS PROJETOS	11
1.2 RECURSOS HUMANOS	13
1.3 ESTRUTURA DA FFCUL.....	16
1.4 INDICADORES DE GESTÃO DA FFCUL.....	17
1.4.1 Fluxos de Pedidos de Pagamento.....	17
1.4.2 Encerramento contabilístico.....	18
1.5 ATIVIDADES DOS NÚCLEOS OPERACIONAIS DA FFCUL	18
1.5.1 Atividades comuns	18
1.5.2 Núcleo de Projetos de Investigação Europeus / Internacionais	19
1.5.3 Núcleo de Projetos de Investigação Nacionais	21
1.5.4 Núcleo de Investigação sob Contrato.....	23
1.5.5 Núcleo Financeiro.....	24
1.6 RELACIONAMENTO COM A FCT	25
1.7 ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	27
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	28
2.1 EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS	28
2.2 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS	35
2.3 ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS INDIRETOS ANTES DO IMPOSTO.....	36
3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	37
3.1 RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	37
3.2 FUNDOS PATRIMONIAIS.....	37
3.3 ESTRUTURA DO BALANÇO	38
3.4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	40
4. PERSPETIVAS FUTURAS.....	40
5. AGRADECIMENTOS.....	41
6. ÓRGÃOS SOCIAIS A 31 DE DEZEMBRO DE 2014.....	43
7. BALANÇO.....	44
8. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	45
9. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	46
10. DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	47
11. ANEXOS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	49
11.1 NOTA INTRODUTÓRIA	49
11.2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	49
11.2.1 Referencial contabilístico.....	49
11.2.2 Disposições do Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não	
Lucrativo derogadas no exercício.....	49
11.2.3 Rubricas não comparáveis com o exercício anterior.....	49
11.3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	49
11.3.1 Bases de apresentação.....	49
11.3.2 Investimentos Financeiro	49
11.3.3 Ativos fixos tangíveis	49
11.3.4 Ativos intangíveis.....	50

11.3.5	<i>Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis, excluindo goodwill</i>	50
11.3.6	<i>Especialização dos exercícios</i>	50
11.3.7	<i>Imposto sobre o rendimento</i>	50
11.3.8	<i>Subsídios do Governo</i>	51
11.3.9	<i>Transações e saldos em moeda estrangeira</i>	51
11.3.10	<i>Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes</i>	51
11.3.11	<i>Rédito</i>	52
11.3.12	<i>Acontecimentos após a data do balanço</i>	52
11.3.13	<i>Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas</i> ⁵³	52
11.4	FLUXOS DE CAIXA	53
11.4.1	<i>Caixa e depósitos bancários</i>	53
11.5	POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	54
11.6	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	54
11.7	ATIVOS INTANGÍVEIS	55
11.8	PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	56
11.9	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	57
11.10	CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER	58
11.11	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	58
11.12	OUTRAS CONTAS A RECEBER	58
11.13	DIFERIMENTOS ACTIVOS	58
11.14	FUNDOS PRÓPRIOS	59
11.15	OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS	59
11.16	FINANCIAMENTOS OBTIDOS	59
11.17	OUTRAS CONTAS A PAGAR	59
11.18	FORNECEDORES	59
11.19	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	60
11.20	DIFERIMENTOS PASSIVOS	60
11.21	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	60
11.22	SUBSÍDIOS DO GOVERNO	60
11.23	FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS	61
11.24	GASTOS COM PESSOAL	61
11.25	IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER	61
11.26	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	62
11.27	OUTROS GASTOS E PERDAS	62
11.28	AMORTIZAÇÕES	62
11.29	JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	62
11.30	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	63
11.31	DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	63
11.32	ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	63
	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	64
	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	66

INDICE DE TABELAS

TABELA 1 – CANDIDATURAS SUBMETIDAS EM 2014.....	11
TABELA 2 – PROJETOS INICIADOS DE 2011 A 2014 POR TIPOLOGIA DE PROJETO E VALOR DE FINANCIAMENTO ASSOCIADO.....	11
TABELA 3 – PROJETOS CONCLUÍDOS ENTRE 2010 E 2014	12
TABELA 4 – PROJETOS ENCERRADOS CONTABILISTICAMENTE ENTRE 2010 E 2014	12
TABELA 5 – PROJETOS GERIDOS PELA FFCUL DESDE A SUA CONSTITUIÇÃO EM 1993	13
TABELA 6 – DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE LIGAÇÃO CONTRATUAL E ENCARGOS COM OS COLABORADORES DA FFCUL EM 2014.....	13
TABELA 7 – DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES DA FFCUL POR BENEFICIÁRIO E TIPO DE LIGAÇÃO CONTRATUAL	14
TABELA 8 – DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES DA FFCUL POR BENEFICIÁRIO E FUNÇÃO	14
TABELA 9 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE COLABORADORES DA ESTRUTURA CENTRAL DA FFCUL	16
TABELA 10 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS DE ESTRUTURA DA FFCUL (EM €)	16
TABELA 11 – DESPESA REPORTADA ATRAVÉS DE PP'S EM 2013 E 2014.....	17
TABELA 12 – NÚMERO DE CANDIDATURAS APRESENTADAS EM 2014 POR PROGRAMA E TEMA	19
TABELA 13 – NÚMERO DE PROJETOS INICIADOS EM 2014 POR PROGRAMA E TEMA	20
TABELA 14 – EVENTOS CIENTÍFICOS REALIZADOS EM 2014.....	24
TABELA 15 – FATURAÇÃO EM 2014	24
TABELA 16 – RELACIONAMENTO FINANCEIRO ENTRE A FFCUL E A FCT (31-12-2014)	26
TABELA 17 – EXECUÇÃO DA RECEITA POR FONTES DE FINANCIAMENTO	27
TABELA 18 – RECEITA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	28
TABELA 19 – EXECUÇÃO DA DESPESA POR FONTES DE FINANCIAMENTO.....	28
TABELA 20 – EXECUÇÃO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	28
TABELA 21 – SALDO DE GERÊNCIA 2014 E SUA DECOMPOSIÇÃO POR TIPOLOGIA DE RECEITA	28
TABELA 22 – ESTRUTURA DA EXECUÇÃO FINANCEIRA EM 2014 POR UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO (COMPONENTE FFCUL)	31
TABELA 23 – ESTRUTURA DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DA FFCUL EM 2014 POR ÁREA DEPARTAMENTAL DA FCUL.....	32
TABELA 24 – INQUÉRITO AO POTENCIAL CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NACIONAL (IPCTN) 2014 (COMPONENTE FFCUL)	33
TABELA 25 – INQUÉRITO AO POTENCIAL CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NACIONAL (IPCTN) 2014 (FUNDOS) (COMPONENTE FFCUL).....	34
TABELA 26 – ESTRUTURA DE GASTOS E RENDIMENTOS DA FFCUL (2014)	36
TABELA 27 – ESTRUTURA DO BALANÇO	39

INDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – PRINCIPAIS GRUPOS BENEFICIÁRIOS DOS COLABORADORES DA FFCUL	14
FIGURA 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES DA FFCUL POR TIPO DE LIGAÇÃO CONTRATUAL	15
FIGURA 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES DA FFCUL POR TIPO DE BENEFICIÁRIO	15
FIGURA 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS BOLSEIROS POR TIPO DE PROJETO FINANCIADOR	16
FIGURA 5 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CC'S ENCERRADOS CONTABILISTICAMENTE.....	18
FIGURA 6 – DESPESA MENSAL TOTAL EM PROJETOS FINANCIADOS PELA FCT	26
FIGURA 7 – RELACIONAMENTO ENTRE A FFCUL E A FCT - VALORES ACUMULADOS: DESPESA FEITA OU COMPROMETIDA (VERMELHO), REEMBOLSOS FCT (VERDE), VALORES JÁ VALIDADOS PELA FCT MAS AINDA NÃO REEMBOLSADOS (AZUL).....	27
FIGURA 8 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS DA FFCUL	29
FIGURA 9 – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS (DEPOIS DO IMPOSTO) DA FFCUL.....	35
FIGURA 10 – EVOLUÇÃO DOS FUNDOS PATRIMONIAIS DA FFCUL.....	37

Introdução

A Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (**FFCUL**) tem por fim fomentar atividades de investigação científica, desenvolvimento tecnológico, formação, consultoria e divulgação, realizadas no âmbito da missão da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL). Neste contexto a FFCUL manteve uma estrutura de recursos humanos, administrativa, técnica e logística adequada à sua missão de apoiar a comunidade científica da FCUL na promoção e obtenção de novos financiamentos, públicos e privados, de organismos nacionais e internacionais. A atividade da FFCUL e da estrutura que a suporta, têm-se pautado por uma total coordenação com as unidades da Faculdade e numa perspetiva comum de não duplicação de serviços e funções exercidas.

A história institucional da FFCUL desde 2012 tem sido particularmente complexa por força de iniciativas políticas e que perturbaram significativamente a gestão da FFCUL e a atividade de I&D da Faculdade de Ciências. A imposição de regras sem sentido para esta fundação, associado a atrasos de resposta das entidades públicas, deram origem a uma situação de gestão em que responsáveis universitários, gestores e juristas não vislumbram ainda um quadro de funcionamento inequivocamente compatível com as disposições contraditórias impostas.

No que diz respeito à política relativa às fundações, os factos ocorridos após 2012 podem sintetizar-se do seguinte modo¹:

1. A FFCUL foi criada em **1992** pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, como uma instituição privada sem fins lucrativos;

2012

2. A **3 janeiro de 2012**, a Lei n.º 1/2012, em cumprimento do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal bem como do programa do XIX Governo Constitucional, deu início ao **Censo das Fundações** do qual decorreriam expectavelmente decisões sobre a manutenção ou extinção das fundações existentes em Portugal. A FFCUL enviou atempadamente toda a informação/documentação solicitada em fevereiro de 2012.
3. A Lei 24/2012 de **9 de julho de 2012**, que aprova a Lei-Quadro das Fundações (LQF) passou a classificar a FFCUL como uma fundação pública de direito privado (art. 4º do anexo) dando, no entanto, um **prazo** de seis meses para as fundações públicas adequarem a sua denominação, estatutos e orgânica ao disposto na LQF, sendo que, **após essa data** (13 de janeiro de 2013) **o disposto na lei prevaleceria sobre os estatutos**, caso estes não tivessem entretanto sido alterados;
4. A Resolução do Conselho de Ministros (RCM) 79-A/2012 de **25 de setembro de 2012**, decorrente do censo e avaliação das fundações nacionais, recomendou à

¹ Este [histórico](#) - que tem sido objeto de diversas atualizações - pode ser consultado no sítio da FFCUL na internet.

Universidade de Lisboa (UL) - considerada pela Presidência do Conselho de Ministros (PCM) a entidade fundadora da FFCUL - a sua extinção;

5. O projeto de decisão, emitido pelo Secretário de Estado da Administração Pública, relativo à extinção da FFCUL foi recebido a 25 de Setembro de 2012 tendo sido contestado em sede de audiência prévia a **8 de outubro de 2012** pelo Conselho de Administração da FFCUL;
6. O Reitor da UL reiterou a necessidade de manutenção da FFCUL a **20 de dezembro de 2012**, aceitando todavia ponderar a adaptação da FFCUL às regras dos Institutos Públicos;

2013

7. A **11 de janeiro de 2013**, ainda sem decisão final do governo relativamente a extinção de várias das fundações, e por esta decisão afetar significativamente as adaptações necessárias à LQF, a PCM (Despacho 684/2013) prorrogou por seis meses a data a partir da qual esta lei prevaleceria sobre os estatutos vigentes das fundações, adiada assim para **13 de julho de 2013**;
8. Num tal contexto, considerou-se não se justificar iniciar a alteração dos procedimentos de gestão antes da decisão definitiva, pelos custos significativos em que a FFCUL iria incorrer e consequente risco de disrupções operacionais. No entanto, os procedimentos de gestão da FFCUL mantidos neste período de incerteza enquadraram-se indubitavelmente no **espírito da lei vigente** e nos **pressupostos de economia, eficiência e eficácia** e ainda de **transparência** exigidos à gestão pública;
9. Só a **8 de março de 2013** através da RCM 13-A/2013 se aceitou, com base na autonomia da UL, a manutenção da FFCUL, com as necessárias adequações ao disposto na LQF. As alterações de gestão começaram a preparar-se de imediato;
10. Os **Estatutos** foram revistos numa primeira reunião de Conselho Geral (CG) da FFCUL a 11 de abril de 2013, tendo sido posteriormente aprovados num segundo CG a **3 de junho de 2013** e remetidos à PCM para aprovação a 5 de junho de 2013.
11. A 25 de julho de 2013 tomou posse o primeiro reitor da nova Universidade de Lisboa (ULisboa), na sequência da fusão das anteriores Universidade de Lisboa e Universidade Técnica de Lisboa. Foram então aprovados os novos Estatutos da ULisboa e, na sequência, revistos os Estatutos da Faculdade de Ciências em Novembro de 2013.
12. Neste contexto, considerou-se necessário voltar a alterar os estatutos da FFCUL, face à decisão do Reitor da ULisboa, que considerou que a tutela da FFCUL deveria ser assumida pela Faculdade de Ciências, única entidade instituidora da FFCUL. Foi assim aprovado em CG de **11 de dezembro de 2013**, e novamente enviado à PCM, um **aditamento à proposta de alteração de Estatutos**.

13. **Gestão de Pessoal:** a 22 abril de 2013 fora solicitado à Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (**DGAEP**) que se pronunciasse sobre o enquadramento e procedimentos na transição do regime jurídico dos funcionários da FFCUL. A DGAEP respondeu que da leitura da LQF decorria que só após adequação dos estatutos da FFCUL seria possível aplicar o regime jurídico aplicável aos trabalhadores que exercem funções públicas e que a LQF nada previa quanto à atribuição do vínculo de direito público aos atuais trabalhadores contratados ao abrigo do Código do Trabalho (CT).
14. Com esta clarificação da DGAEP, ficou claro que o novo regime de pessoal apenas seria aplicável aos contratos celebrados após adequação dos estatutos à LQF. A FFCUL passou portanto a ter de aplicar **dois regimes em simultâneo:** o regime privado a todos os *atuais* funcionários da FFCUL e o regime público aos trabalhadores a admitir depois da adequação dos estatutos;
15. Em 4 de dezembro de 2013, perante a ausência de resposta da PCM, a Fundação informou a DGAEP que mantinha em aplicação o regime jurídico de trabalho privado pois não dispunha ainda da decisão da PCM. Em **30 de abril de 2014**, a DGAEP respondeu considerando ser seu entendimento que a Fundação deveria passar a aplicar o regime jurídico aplicável aos trabalhadores que exercem funções públicas, por já ter sido ultrapassado o prazo legal previsto na LQF para adequação dos estatutos.
16. **Gestão financeira:** a 22 de abril de 2013, face ao enquadramento do referencial contabilístico aplicável às Fundações Públicas de Direito Privado, fora posto à consideração da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a possibilidade da FFCUL manter o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) das entidades do setor não lucrativo (ESNL) como referencial contabilístico. Em resposta, e 27 de maio de 2013, a CNC recomendou que esta pretensão fosse apresentada à PCM, mas manifestou desde logo a sua concordância em nome da racionalidade económico-financeira e da iminente criação um novo normativo contabilístico nacional para o setor público, que ainda se aguarda.
17. O pedido da FFCUL de **manutenção do SNC-ESNL** foi assim remetido à PCM a 5 de junho de 2013, por esta reenviado para a Inspeção-Geral de Finanças (IGF) que concordou e fez seguir para o Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, que também deu a sua concordância. A PCM deu a conhecer este parecer à FFCUL a **6 de março de 2014**;
18. **Orçamento de Estado:** a **16 de agosto de 2013** a FFCUL fora informada pela Direcção Geral de Planeamento e Gestão Financeira do Ministério da Educação e Ciência (DGPGF – MEC) que tinha sido considerada “Entidade Pública Reclassificada” (EPR), nos termos do anexo I da Circular, série A, n.º 1374 da Direcção-Geral do Orçamento (DGO). Neste contexto, a FFCUL elaborou e submeteu, a **6 de setembro de 2013** a sua primeira proposta de **Orçamento para 2014**, posteriormente oficializada no OE 2014,

apesar de não receber quaisquer verbas públicas (a não ser através dos contratos de I&D em programas competitivos geridos por entidades públicas, como a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)).

19. Tendo em vista os reportes periódicos exigidos pela DGO para controle da execução orçamental, a FFCUL - por não ter tido de alterar o seu sistema contabilístico - ajustou-se às novas exigências iniciando no final de 2013 a implementação de um módulo de Gestão Orçamental (**GOA – Gestão Orçamental Alvo**) que funciona sobre a plataforma de sistema contabilístico ERP PRIMAVERA, para automatizar o processo de controlo orçamental, compromisso e cálculo de fundos disponíveis, conciliando os dados contabilísticos com as necessidades de gestão de despesa e receita, inerentes ao reporte orçamental exigido. Esta implementação só se tornou totalmente operacional em julho de 2014.

2014

20. Em maio de 2014 a implementação inicial dos principais módulos do GOA permitiu iniciar a elaboração dos processos de compromisso e de registo de despesa por esta via. Até então foram mantidos sistemas de controlo e requisição de despesa paralelos ao sistema contabilístico, para assegurar o cumprimento do CCP e o reporte à DGO.
21. A partir de maio de 2014, toda a despesa passou a ser inserida no sistema contabilístico da FFCUL via GOA, sendo daí retirada toda a informação necessária aos reportes mensais à DGO, embora só de uma forma automatizada a partir de dezembro de 2014. O reporte de 2014 foi encerrado atempadamente e com sucesso.
22. Em agosto de 2014, foi preparado o OE 2015, já sem possibilidade de aplicação do regime simplificado, ainda conferido em 2013 para a elaboração do OE 2014.
23. **Estatutos:** A **9 de maio de 2014** a PCM remeteu à FFCUL um ofício solicitando duas pequenas alterações aos estatutos enviados para aprovação a 17 de dezembro de 2013 (ver ponto 12). A FFCUL iniciou de imediato as diligências necessárias para lhe dar satisfação. A de **30 de junho de 2014** o CG da FFCUL aprovou a nova proposta de estatutos, que, de acordo com o entendimento da Fundação, foi remetida para a PCM para aprovação a 3 de julho de 2014.
24. A **10 de dezembro de 2014** a PCM fez saber que aguardava informação sobre o cumprimento, por parte da FFCUL, dos procedimentos de publicação e publicitação dos estatutos. A FFCUL contestou, informando aguardar decisão da PCM desde Julho de 2014 para proceder à sua publicação. Já em **16 de janeiro de 2015** a PCM informou que sendo a FFCUL uma Fundação Pública de Direito Privado (FPDP), a alteração dos seus estatutos constituíam competência do seu instituidor público, a FCUL, necessitando unicamente da sua deliberação de aceitação da alteração estatutária para proceder à sua publicação. A FFCUL solicitou então ao Conselho de Gestão da FCUL a aprovação da alteração dos estatutos, o que aconteceu em fevereiro de 2015,

estando pendente a sua publicação e publicitação, prevista para final de março de 2015, para posterior notificação à PCM.

(fim do Histórico)

O quadro de gestão em 2014 manteve-se assim extraordinariamente complexo, em termos institucionais e operacionais. Pretendeu-se reduzir, tanto quanto possível, os atrasos na execução dos projetos e manter o mesmo nível de eficiência e profissionalismo na interação com os investigadores e no reporte às entidades financiadoras de acordo com a legislação em vigor. Para fazer face a todas as suas responsabilidades, a FFCUL contou em 2014 com 38 colaboradores, sem necessidade de reforço por trabalhadores avançados. Houve todavia um aumento do número total de contratos face a 2013. Este aumento não está relacionado com necessidades da estrutura administrativa mas sim com decisões estratégicas, mas temporárias, de apoio a áreas específicas de interesse para a comunidade científica da FCUL.

Relativamente ao financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), tradicionalmente maioritário na execução da FFCUL, e especificamente às transferências da FCT para a FFCUL, foi mantida a estabilidade no reembolso dos reportes analisados. Não obstante, pelo facto do Programa de Financiamento de Projetos Nacionais com maior participação dos investigadores da FCUL (Projetos de IC&DT em todos os Domínios Científicos) só ter sido aberto em novembro de 2014 e encerrado já em janeiro de 2015, até 31 de dezembro de 2014 os indicadores associados ao número de candidaturas, projetos e financiamento FCT diminuíram significativamente.

Por outro lado, devido ao calendário de candidaturas, avaliação e atribuição dos financiamentos das Unidades de Investigação e Desenvolvimento (UI&D) - Projetos Estratégicos (PEst) – a confirmação do financiamento para 2014 das UI&D com classificação inferior a *Excelente* foi atrasada. Este atraso fez-se também sentir na disponibilização das ferramentas administrativas para reporte e reembolso da despesa executada (abertura do PEst no Portal da Ciência e Tecnologia – PCT) e não deixou de ter impacto no reporte e nos reembolsos em 2014. Com esforço e controle adicional de tesouraria pela FFCUL foram todavia criadas condições para que as 28 UI&Ds executassem o primeiro semestre de 2014 sem interrupções, permitindo o cumprimento dos objetivos das UI&D e evitando a diminuição abrupta dos níveis de execução da FFCUL no domínio dos subsídios à exploração.

Decorreu em 2014 o processo de Avaliação UI&Ds 2013, iniciado a 30 de dezembro de 2013 com a entrega das candidaturas para avaliação e financiamento estratégico. Em junho e em dezembro de 2014 foram revelados os resultados da 1ª e da 2ª fases, respetivamente, não tendo ainda sido concluído o processo de Recurso da 1ª fase nem ainda entregues os Recursos da 2ª fase. Ocorreu uma reestruturação relevante das UI&D do Sistema Nacional de Investigação, com vários processos de fusão e extinção, sendo que as UI&D da FFCUL se reorganizaram em 20 unidades, com diversos formatos institucionais. As classificações obtidas foram bastante positivas com uma unidade classificada como *Excepcional*, uma percentagem de UI&D *Excelentes* acima da média nacional, e unicamente uma unidade classificada como *Fraca* que, deste modo, se extinguiu como unidade do sistema FCT. As

novas UI&D, no seu novo formato, iniciaram a sua atividade em 2015, apesar de ainda não ter sido formalizada a respetiva situação de financiamento pela FCT.

No contexto da política de reforço à internacionalização do financiamento da atividade de I&D, foi intensificado o esforço para aumentar o número de candidaturas internacionais, nomeadamente no apoio à divulgação (e participação) do Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação para o período 2014-2020 - Horizonte 2020 (H2020), que, em caso de sucesso, se traduzirão em novos projetos já em 2015. Em particular, considera-se da maior importância o apoio a iniciativas que envolvam a coordenação de projetos, pela alavancagem científica e financeira que pode advir da assunção de tais responsabilidades, seja na FFCUL como na FCUL, pelo que esta Fundação procurará, sempre, apoiar e ajudar a mitigar riscos de gestão e técnicos.

Assim, em termos operacionais, em 2014:

- A FFCUL apoiou os investigadores da sua comunidade científica, assegurando a gestão administrativa e financeira de 833 Projetos (518 ativos + 112 concluídos + 203 encerrados) com um movimento financeiro na ordem dos 10M€, num contexto económico-financeiro e legal muito complexo.
- Iniciaram-se 63 projetos com financiamento nacional num montante superior a 3,7M€ (-7% face a 2013). No mesmo período, foram submetidas 63 candidaturas nacionais (51 como entidade proponente) envolvendo 3,4 M€ diretamente para a FFCUL, valor semelhante ao de 2013.
- No que se refere a projetos europeus, verificou-se um ligeiro aumento do número de novos contratos, 18 (16 em 2013), com um financiamento de 3 M€. Por outro lado, foram apresentadas 49 candidaturas (22 como entidade proponente), envolvendo um valor superior a 17 M€ para a FFCUL.
- Na vertente de Investigação sob contrato, iniciaram-se 68 novos contratos, um aumento significativo tanto em número (42 em 2013), como em valor contratado (1.901.359€ em 2014, face a 852.842€ em 2013).
- A FFCUL manteve as relações contratuais com 514 colaboradores, a esmagadora maioria dos quais (453) Bolseiros associados a atividades de I&D.

Ao nível dos resultados financeiros de 2014, destaca-se:

- A FFCUL obteve rendimentos de 9,8M€, suportados em subsídios à exploração (7M€), prestação de serviços (1,7M€) e subsídios ao investimento (1,1M€). O resultado líquido do período foi de 93 k€, uma diminuição significativa em relação ao valor apurado no ano anterior, mas equilibrado e em concordância com outros anos. Recorde-se que o valor de 2013 foi excepcionalmente elevado por força da correção da provisão criada em 2012 no domínio dos riscos de projeto, face à incerteza relativa à

elegibilidade de diversas despesas reportadas à FCT em 2012, mas entretanto consideradas elegíveis.

- A estrutura de gastos da FFCUL reflete bem a atividade desenvolvida no quadro da sua missão. Cerca de 87% dos gastos apurados em 2014 (10M€) referem-se diretamente às atividades de I&D. Os restantes 13% dividem-se entre os gastos da estrutura central (993k€) e outros gastos indiretos (510k€). Uma parte significativa destes últimos, corresponde ao pagamento à FCUL (500k€) de gastos em limpeza, segurança e energia.
- A exemplo de todo o seu passado, a FFCUL não incorreu em qualquer custo com os seus órgãos sociais.

Incluem-se ainda nesta Introdução duas matérias informativas: o processo de extinção do ICAT, com consequências indiretas no relatório de 2014; e auditoria que o Tribunal de Contas realizou à FCUL.

Em finais de Novembro de 2013, a Assembleia Geral do ICAT decidiu extinguir esta associação e integrá-la na FCUL, bem como saldar as dívidas do ICAT aos credores não-institucionais (isto é, todos os reconhecidos pelo Tribunal do Comércio em 2007, com exceção da FCUL, FFCUL e IAPMEI). Para a liquidação ao credor FCUL a solução de quitação encontrada dos valores ainda em dívida foi a cedência do bem físico (imóvel sede do ICAT). A FCUL decidiu solicitar um visto prévio ao Tribunal de Contas (TC) que **incluiu também a assunção pela FCUL da dívida do ICAT para com a FFCUL**. O TC confirmou a 18 de junho de 2014 que o processo não se encontrava sujeito a fiscalização prévia, e a 31 de julho de 2014 foi assinado entre o ICAT, a FCUL e a FFCUL um acordo de pagamento e quitação da dívida, a transitar do ICAT para a FCUL. A forma de regularização da dívida deverá ainda ser objeto de acordo entre a FCUL e a FFCUL. Quaisquer transferências diretas da FCUL para a FFCUL serão objeto de fortíssimo escrutínio pelas entidades de fiscalização. Não obstante, a regularização da dívida não poderá ocorrer antes da extinção formal do ICAT. À data, espera-se ainda a decisão final do Tribunal do Comércio, a que se seguirá uma última Assembleia Geral e o registo da extinção.

Também em finais de novembro de 2013 o Tribunal de Contas iniciou uma auditoria à FCUL, com incidência no exercício de 2012, integrando uma auditoria financeira à FCUL e uma **auditoria orientada para as suas relações institucionais com a FFCUL**, designadamente atividades realizadas direta ou indiretamente pela FCCUL para a FCUL e a disponibilização recíproca de recursos financeiros, humanos e/ou materiais. Neste âmbito, em janeiro de 2014, a FFCUL foi chamada a disponibilizar muita informação, prestar esclarecimentos, tendo realizado diversas reuniões com os auditores. O relatório preliminar de auditoria foi entregue em Novembro de 2014 e o relatório final já em Março de 2015, contendo uma detalhada descrição do relacionamento entre a FFCUL e a FCUL, com uma análise dos indicadores de gestão e financeiros da FFCUL e sem diagnóstico de irregularidades ou recomendações de introdução de alterações de gestão.

1. Análise da Atividade da FFCUL em 2014

1.1 Evolução dos Projetos

Em 2014, foram apresentadas 217 candidaturas (Tabela 1):

Tipo de Projeto	2011	2012	2013	2014					
	N	N	N	Total		Proponente		Participante	
				N	Valor	N	Valor	N	Valor
Unidades de I & D	28	0	28	28	1.764.438	27	1.671.609	1	92.829
Projetos Nacionais (PIN)	36	357	153	63	5.180.736	51	4.130.168	12	1.050.568
Projetos Europeus (PIE)	35	55	34	49	24.997.860	22	16.942.219	27	8.055.641
Investigação sob Contrato (IsC)	40	34	42	63	1.334.789	63	1.334.789	0	0
Conferência, Curso, Workshop	11	13	15	14	132.985	14	132.985	0	0
Total	150	459	272	217	33.410.809	177	24.211.771	40	9.199.038

Tabela 1 – Candidaturas submetidas em 2014

Análise:

- Na categoria de *Projetos Nacionais* o número de candidaturas continuou a diminuir, muito por via da atual conjuntura económico-financeira do País. Os Programas de Financiamento com maior participação da comunidade científica foram: “UT Austin Portugal 2014”, “E-RARE 2 -JOINT TRANSNATIONAL CALL”, “ARIMNet2”, “FAPESP - Brasil”, “AdaPT”, “Fundação Calouste Gulbenkian”.
- No domínio dos *Projetos Europeus* verificou-se um aumento significativo do número de candidaturas, tanto em número como em valor, destacando-se os programas do H2020 (*Societal Challenges, Industrial Leadership, Excellent Science*), da NATO e da ESA (Agência Espacial Europeia).

Em 2014 iniciaram-se 191 novos projetos (Tabela 2):

Tipo de Projeto	2011		2012		2013		2014	
	Q	€	Q	€	Q	€	Q	€
Unidades de I & D	28	6.679.703	0*	0*	28	1.991.126	28	1.764.438
Projetos Nacionais (PIN)	111	6.286.542	84	4.449.655	68	3.062.518	63	3.712.168
Projetos Europeus (PIE)	15	1.172.972	17	2.573.628	16	3.249.153	18	3.020.444
Investigação Sob Contrato (IsC)	40	1.006.376	34	1.087.518	42	852.842	68	1.901.359
Conferência, Curso, Workshop	11	45.878	13	248.880	15	164.555	14	132.985
Total	205	15.191.471	148	8.359.681	169	9.320.194	191	10.531.394

*financiamento 2011-2012 - 28 Unidades de Investigação - 6.679.703,00€

Tabela 2 – Projetos iniciados de 2011 a 2014 por tipologia de projeto e valor de financiamento associado.

Análise:

- Nas Unidades de I&D, verificou-se uma diminuição no valor anual de financiamento (-226.687€).
- Houve uma diminuição do número de novos projetos de investigação nacional (-7%). Nos 63 novos projetos iniciados em 2014, a FFCUL é *proponente* em 51 (3.473.862€) e *participante* em 12 (238.305€).
- O número de novos projetos de investigação europeus aumentou (13%); a FFCUL coordena 10 (1.268.648€) e é participante nos restantes 8 (1.751.795€).
- Destaca-se o aumento significativo do número e valor de novos projetos de Investigação sob contrato (+62%) e uma ligeira diminuição das Conferências e Cursos (-7%).

Em 2014 concluíram-se (material e financeiramente) 112 Projetos (Tabela 3) com maior destaque para projetos dos programas FACC, GRICES, Ciência Viva, PPCDT e PTDC:

Tipo de Projeto	2010	2011	2012	2013	2014
Unidades de I & D	0	1	0	37	8
Projetos Nacionais (PIN)	59	94	74	187	103
Projetos Europeus (PIE)	11	7	11	16	0
Investigação sob Contrato (IsC)	37	46	69	0	1
Conferência, Curso, Workshop	68	9	20	0	0
Total	175	157	174	240	112

Tabela 3 – Projetos concluídos entre 2010 e 2014

Deu-se continuidade ao encerramento contabilístico² de Centros de Custo (CC) (Tabela 4):

Tipo de Projeto	2010	2011	2012	2013	2014
Unidades de I & D	9	81	0	1	5
Projetos Nacionais (PIN)	301	174	6	269	92
Projetos Europeus (PIE)	23	19	0	18	6
Investigação sob Contrato (IsC)	40	84	65	138	78
Conferência, Curso, Workshop	10	80	11	66	22
Total	383	438	82	492	203

Tabela 4 – Projetos encerrados contabilisticamente entre 2010 e 2014

O encerramento de CC's manter-se-á como prioridade em 2015, apesar de se terem já encerrado desde 2009, 1705 projetos; todavia, o número total de projetos concluídos e não

² A **conclusão** da execução financeira e material de um projeto significa apenas o reporte de acordo com as regras da entidade financiadora. O **encerramento** de um projeto significa o fecho do centro de custo (CC) aberto no sistema de contabilidade espelhando os movimentos de receitas e despesas de acordo com as regras do SNC.

encerrados contabilisticamente é ainda significativo, e o risco financeiro associado é ainda difícil de quantificar.

A tabela 5 descreve a situação global do volume de projetos geridos pela FFCUL desde a sua formação, evidenciando os projetos ativos em 2014:

<i>Tipo de Projeto</i>	<i>Ativos 2014</i>	<i>Concluídos</i>	<i>Encerrados</i>	<i>Total</i>
Unidades de I & D	28	88	96	212
Projetos Nacionais (PIN)	151	383	906	1440
Projetos Europeus (PIE)	62	28	75	165
Investigação sob Contrato (IsC)	236	14	405	655
Conferência, Curso, Workshop	41	9	223	273
Total	518	522	1705	2745

Tabela 5 – Projetos geridos pela FFCUL desde a sua constituição em 1993

1.2 Recursos Humanos

O volume de projetos em execução em 2014 e os montantes aprovados determinam o número de colaboradores da FFCUL e o tipo dos vínculos: Contrato de Trabalho (sem termo, a termo certo ou a termo incerto), bolseiros (de Investigação), contrato de avença e prestadores de serviço.

Os colaboradores da FFCUL distribuem-se por dois principais grupos beneficiários:

- FFCUL - Equipa Administrativa e Técnica (códigos 11-17 da Tabela 6)
- Unidades do sistema de I&D - UI&D, PIN, PIE e IsC (códigos 21-25 da Tabela 6)

<i>Código</i>	<i>Tipos de Contrato</i>	<i>Q</i>	<i>Q (%)</i>	<i>€</i>	<i>€ (%)</i>
11	FFCUL Contratos de trabalho sem termo	27	5,3%	595.254,73	14,3%
12	FFCUL Contratos de trabalho a termo certo	4	0,8%	89.859,28	2,2%
15	FFCUL Bolsas de Investigação	3	0,6%	37.950,00	0,9%
17	FFCUL Estágios profissionais	4	0,8%	37.053,49	0,9%
21	Unidades do sistema FCUL Contratos de trabalho sem termo	7	1,4%	171.265,36	4,1%
22	Unidades do sistema FCUL Contratos de trabalho a termo certo	10	1,9%	333.486,37	8,0%
23	Unidades do sistema FCUL Contratos de trabalho a termo incerto	6	1,2%	198.023,92	4,8%
24	Unidades do sistema FCUL Contratos de avença ou de prestação de serviços	3	0,6%	11.549,30	0,3%
25	Unidades do sistema FCUL Bolsas de Investigação	450	87,5%	2.690.927,13	64,6%
TOTAIS		514	100,0%	4.165.369,57	100,0%

Tabela 6 – Distribuição por tipo de ligação contratual e encargos com os colaboradores da FFCUL em 2014

As Tabela 7 e a Tabela 8, bem como a Figura 1, a Figura 2 e a Figura 3, sintetizam informação relevante adicional relativa a recursos humanos em 2014.

Tipo de Projeto	Q						€
	Contrato sem termo	Contrato a termo certo	Contrato a termo incerto	Estágios profissionais	Contrato de Avença/PS	Bolsas de Investigação	
FFCUL	27	4		4		3	760.117,50
Unidades de I & D	7	3			3	59	495.600,94
Projetos Nacionais (PIN)		2	1			204	1.388.971,16
Projetos Europeus (PIE)		5	4			80	865.984,48
Investigação Sob Contrato (Isc)			1			107	654.695,49
TOTAIS	34	14	6	4	3	453	4.165.369,57

Tabela 7 – Distribuição dos colaboradores da FFCUL por beneficiário e tipo de ligação contratual

Tipo de Projeto	Q					€
	Direção	Coordenação de Programas	Gestão de Projetos	Administração & Gestão	Investigação	
FFCUL	2	4	13	17	2	760.117,50
Unidades de I & D				13	59	495.600,94
Projetos Nacionais (PIN)					207	1.388.971,16
Projetos Europeus (PIE)					89	865.984,48
Investigação Sob Contrato (Isc)					108	654.695,49
TOTAIS	2	4	13	30	465	4.165.369,57

Tabela 8 – Distribuição dos colaboradores da FFCUL por beneficiário e função

Na Figura 1, distribuem-se os colaboradores em função dos grupos beneficiários:

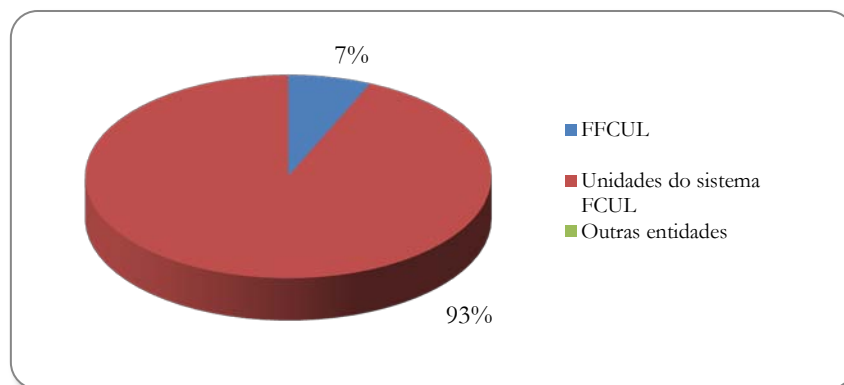


Figura 1 - Principais grupos beneficiários dos colaboradores da FFCUL

Na Figura 2, distribuem-se os colaboradores em função da natureza do regime contratual:

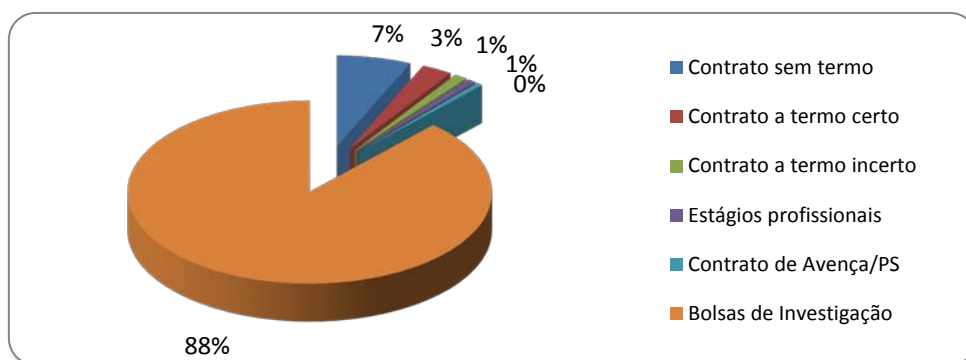


Figura 2 – Distribuição dos colaboradores da FFCUL por tipo de ligação contratual

Na Figura 3, distribuem-se os colaboradores em função da natureza das funções exercidas:

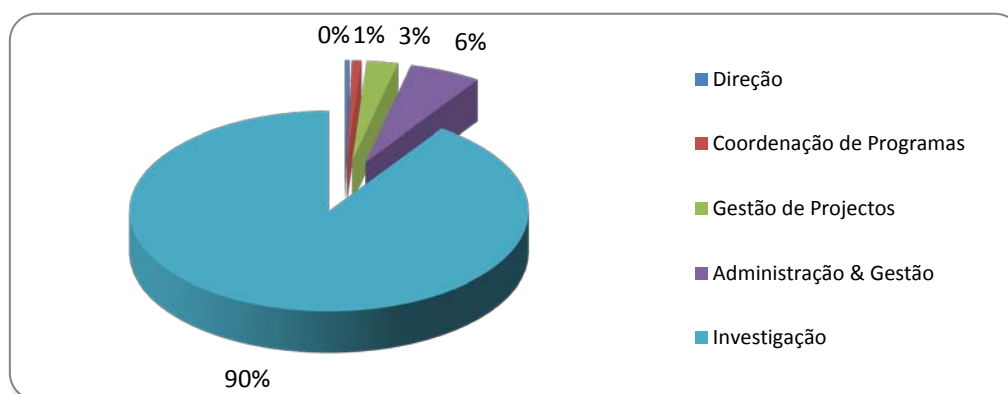


Figura 3 – Distribuição dos colaboradores da FFCUL por tipo de beneficiário

Os Bolseiros (código 25 na Tabela 6) constituem o grupo mais significativo. Em 2014 os indicadores associados diminuíram, tanto em número (-39) como em custo (-334k€) relativamente ao ano anterior, atingindo 2.729k€. O seu financiamento foi assegurado por:

- Fundação - 37.950€ (1%)
- Unidades de I&D - 278.222€ (10%)
- Projetos de Investigação Nacional - 1.231.370€ (45%)
- Projetos de Investigação Europeus - 561.565€ (21%)
- Investigação sob Contrato - 619.770€ (23%)

A distribuição dos indicadores relativos a Bolseiros está representada na Figura 4:

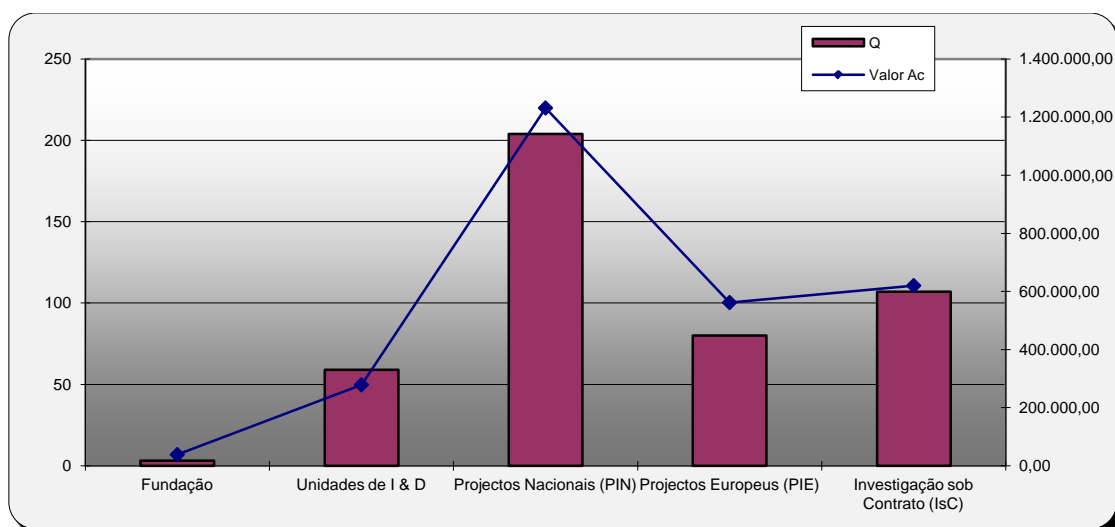


Figura 4 – Distribuição dos Bolseiros por tipo de projeto financiador

1.3 Estrutura da FFCUL

A tabela 9 descreve a evolução do número de colaboradores da estrutura central da FFCUL:

	2010	2011	2012	2013	2014
Efetivos	11	16	19	26	27
Contratados	10	8	8	4	8
Prestação de Serviços	16	13			
Bolseiro de Gestão de Ciência e Tecnologia					3
TOTAL	37	37	27	30	38

Tabela 9 – Evolução do número de colaboradores da estrutura central da FFCUL

A Tabela 10 descreve a evolução dos gastos de estrutura da FFCUL³:

Rubrica	2011	2012	2013	2014
Recursos Humanos	457.708,91	514.250,96	632.376,62	753.952,24
Aquisição de Serviços	196.628,25	160.116,80	192.032,59	178.452,82
Outras Despesas Correntes	28.972,24	16.119,62	50.580,19	41.789,95
Equipamento	21.768,70	21.900,40	31.685,88	19.203,44
Total	705.078,10	712.387,78	906.675,28	993.398,45

Tabela 10 – Evolução dos gastos de estrutura da FFCUL (em €)

³ Os valores relativos são extraídos, como sempre, da tabela de Estrutura de Gastos e Rendimentos (Tabela 26, secção 2.3 deste relatório de 2014, e secções correspondentes nos relatórios de anos anteriores).

Análise:

- Os **Recursos Humanos** constituem a rubrica de maior peso e abrange um grupo de 35 funcionários e 3 Bolseiros. O seu peso aumentou em 2014 por ter sido considerado estratégico:
 - O apoio ao empreendedorismo, inovação e transferência de tecnologia; note-se, todavia, que cerca de 70% dos custos associados a quatro contratos (estágios profissionais) são financiados pelo IEFP e que já não se farão sentir em 2015;
 - Ultrapassar rapidamente algumas dificuldades sentidas com a coordenação de projetos europeus, para evitar consequências futuras.
- Tal como no passado, as despesas com **Aquisição de Serviços** incidem sobre os serviços de contabilidade e recursos humanos, auditoria, aconselhamento jurídico, apoio técnico informático, higiene e medicina no trabalho, transferência de tecnologia e propriedade intelectual. Em 2014 verifica-se uma ligeira diminuição (-13k€) face a 2013.
- Em **Outras Despesas Correntes** contemplam-se as despesas com material de escritório, serviços de estafeta, comunicações, deslocações e formação.
- Finalmente, a rubrica de **Equipamento** refere-se a equipamento informático e software (atualização do software Primavera: e.g nº licenças), aparelho de ar condicionado, impressora/fotocopiadora e mobiliário de escritório utilizado no aumento do espaço do arquivo morto.

1.4 Indicadores de gestão da FFCUL**1.4.1 Fluxos de Pedidos de Pagamento**

Um dos mais importantes indicadores de gestão da atividade específica da FFCUL é o seu fluxo de pedidos de pagamento (PP) à entidade financiadora FCT. A produção de PP's obriga à integração da informação negociada em fase de candidatura, da execução financeira e material e da consolidação entre o sistema de informação e o sistema contabilístico.

Em 2014 diminuiu o número de PP's (-10%), e da despesa reportada (-17%) em relação a 2013 (Tabela 11):

<i>Entidade</i>	<i>Valor</i>			<i>Q</i>		
	<i>2013</i>	<i>2014</i>	<i>Var %</i>	<i>2013</i>	<i>2014</i>	<i>Var %</i>
FFCUL (promotora)	7.477.895	6.009.896	-20%	744	669	-10%
Outras Entidades (parceiras)	1.396.502	1.084.816	-22%	384	324	-16%
FFCUL (parceira)	1.076.772	1.117.104	4%	250	249	0%
Total	9.951.169	8.211.817	-17%	1378	1242	-10%

Tabela 11 – Despesa Reportada através de PP's em 2013 e 2014

Esta diminuição está diretamente relacionada com a diminuição do número de projetos FCT ativos.

1.4.2 Encerramento contabilístico

O número de CC's encerrados contabilisticamente constitui um indicador muito relevante para a atividade da FFCUL - Figura 5. Este processo foi iniciado, de uma forma mais sistemática, no 2º semestre de 2009, tendo sido já encerrados, 1705 projetos. Todavia, o número total de projetos concluídos e não encerrados contabilisticamente é ainda significativo (Tabela 5) e o risco financeiro associado é ainda difícil de quantificar. O encerramento de CC's manter-se-á como prioridade em 2015.

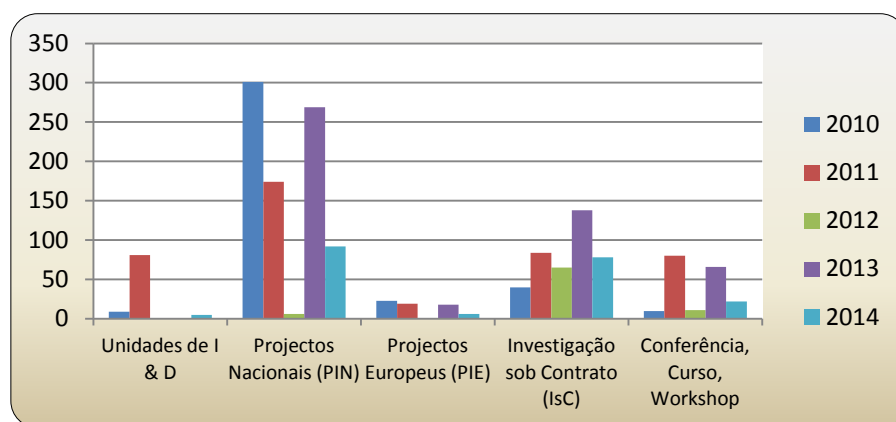


Figura 5 – Evolução do número de CC's encerrados contabilisticamente

1.5 Atividades dos núcleos operacionais da FFCUL

1.5.1 Atividades comuns

Como atividades transversais a todos os núcleos da FFCUL em 2014 refiram-se:

- os contributos para alimentar o sistema LOGOS / FUNDUS com informação relativa aos projetos de todos os tipos;
- a utilização operacional do sistema LOGOS / CENSUS para gerir a informação relativa a todos os bolsiros e demais contratados da FFCUL;
- a atualização da Base de Dados de Gestão Financeira de Projetos;
- adaptação ao sistema GOA e ao novo formato de requisição e validação de despesa (iniciada em 2014).

1.5.2 Núcleo de Projetos de Investigação Europeus / Internacionais

A equipa do Núcleo de Projetos Internacionais foi reforçada com a contratação de duas novas colaboradoras, contando com um total de 5 elementos, uma vez que uma das colaboradoras entrou em licença de maternidade em maio de 2014.

Este reforço mostrou-se essencial, dado (1) o número crescente de projetos aprovados, (2) o crescente apoio prestado à preparação de candidaturas, (3) a diversificação de programas de financiamento e preparação para o Horizonte 2020 e (4) as crescentes necessidades de gestão internas.

A atividade deste Núcleo centrou-se no apoio a preparação de candidaturas ao 7º Programa-Quadro (7º PQ), Horizonte 2020 (H2020) e outros Programas Internacionais (ex. ESA), bem como a gestão financeira necessária à boa execução dos projetos. Face aos 95 projetos ativos, dos quais 6 coordenações, verificou-se um aumento do tempo dedicado à gestão administrativa e financeira diária dos projetos e a manutenção dos frequentes contactos com os restantes beneficiários do(s) Consórcio(s) e com as entidades financiadoras. Foi também notório o reforço na promoção e divulgação do programa de financiamento H2020 e reforço do apoio à formalização de candidaturas, nomeadamente em colaboração com os serviços da FCUL.

Neste período, foram apresentadas e acompanhadas a nível administrativo e financeiro pela FFCUL 49 candidaturas (Tabela 12):

Programa	Subprograma	Área	Call	Nº candidaturas	Nº Coordenador / Nº Participante	Financiamento FFCUL/FCUL	Total orçamentado
		<i>Health</i>	H2020-PHC-2014-2-stage	3	3/0		
		<i>Health</i>	H2020-PHC-2014-single-stage	1	1/0		
		<i>Blue Growth</i>	H2020-BG-2014-2	4	0/4		
	<i>Societal Challenges</i>	<i>Sustainable Food Security</i>	H2020-SFS-2014-2	1	0/1		
		<i>Earth Observation</i>	H2020-EO-2014	1	0/1	7.371.863,20 €	60.576.595,00 €
		<i>Low-carbon Energy</i>	H2020-LCE-2014-1	1	0/1		
		<i>Low-carbon Energy</i>	H2020-LCE-2014-2	1	1/0		
		<i>Disaster Resilient Societies</i>	H2020-DRS-2014	4	1/3		
		<i>Raw materials</i>	H2020-SC5-2014-1-stage	1	0/1		
H2020		<i>Information & Communications Technologies</i>	H2020-ICT-2014-1	9	1/8	4.108.902,86 €	34.531.975,00 €
	<i>Industrial Leadership</i>	<i>Nanotechnologies, Advanced Materials, Biotechnology and Advanced Manufacturing and Processing</i>	H2020-NMP-PILOTS-2014	1	0/1	585.460,00 €	6.000.000,00 €
		<i>NA</i>	H2020-ERC-2014-STG	3	3/0	4.382.231,00 €	4.382.231,00 €
		<i>NA</i>	H2020-ERC-2014-CoG	3	3/0	5.850.353,00 €	5.850.353,00 €
	<i>Excellent Science</i>	<i>NA</i>	H2020-MSCA-ITN-2014	3	0/3	1.065.069,00 €	11.091.888,00 €
		<i>NA</i>	H2020-MSCA-IF-2014	8	8/0	1.368.889,00 €	1.368.889,00 €
		<i>R&D Infrastructures</i>	H2020-INFRAIA-2014-2015	2	0/2	104.692,00 €	14.999.144,00 €
NATO	<i>Science for Peace and Security Programme</i>	<i>Science for Peace and Security Programme</i>		1	1/0	118.400,00 €	352.700,00 €
Agência Espacial Europeia (ESA)		<i>NA</i>	ESA	2	0/2	41.999,58 €	
		Total		49	22/27	24.997.859,64 €	139.153.775,00 €

Tabela 12 – Número de candidaturas apresentadas em 2014 por programa e tema

Com o lançamento dos concursos do H2020, a apresentação de propostas centrou-se principalmente nos tópicos a concurso neste Programa. Foram submetidas 46 candidaturas, 22 das quais com coordenação desta Fundação, refletindo o maior interesse da comunidade científica por programas de financiamento europeus e um incentivo à participação como coordenadores. Entre os programas com maior número de propostas submetidas, destacam-se os temas *Blue Growth* e *Disaster Resilience* no âmbito dos Desafios Societais, o tema das Tecnologias de Informação no âmbito da Liderança Industrial e ainda os projetos *Marie Sklodowska-Curie*, no pilar da Excelência Científica.

Tal como em anos anteriores, durante o processo de candidaturas foram mantidos e usados intensamente os canais de colaboração com o Gabinete de Promoção do Programa-Quadro de I&DT (GPPQ/FCT), no sentido de obter apoio na preparação das candidaturas, participando também nas várias sessões de esclarecimento promovidas por este organismo.

Em 2014 tiveram início 21 novos Projetos Internacionais, dos quais 8 ainda são financiados pelo 7º Programa-Quadro.

Programa	Tema	Nº projetos	Nº Coordenador / Nº Participante	Financiamento FFCUL/FCUL	Total orçamentado
7º PQ	Ambiente	1	0/1	1.308.999,27 €	32.189.929,00 €
	KBBE	1	0/1		
	Nanotecnologias	1	0/1		
	Tecnologias de Informação e Comunicação	2	0/2		
People	Acções Marie Curie	3	1/2	537.610,00 €	
Agência Espacial Europeia (ESA)	ESA	2	0/2	186.533,68 €	186.533,68 €
Erasmus+	KA2	1	0/1	52.396,00 €	446.285,00 €
Ações COST	Trans-domain	1	1/0	472.000,00 €	472.000,00 €
Outros Financiamentos*	Outros	9	0/9	1.027.552,46 €	5.853.153,00 €
	Total	21	2 / 19	3.585.091,41 €	39.147.900,68 €

* Investigação sob contrato financiada por Instituições Internacionais (Empresas, Institutos de investigação, Organizações Internacionais).

Tabela 13– Número de projetos iniciados em 2014 por programa e tema

Este Núcleo apoiou ainda os processos de negociação dos projetos aprovados no âmbito do 7º PQ, nomeadamente no que respeita à inserção da FCUL como *3rd party* da FFCUL, à revisão dos contratos de consórcio (*Consortium Agreement*) e ao acompanhamento do processo de inserção dos dados da instituição na plataforma *online* da Comissão Europeia (*Participants' Portal*).

Com a aprovação da Ação COST (COST TD 1301) no domínio de Biomedicine and Molecular Biosciences, na qual a FFCUL atua como *Grant Holder*, foi fundamental participar nas sessões de esclarecimento promovidas pela COST em Bruxelas, bem como monitorizar a evolução financeira e acompanhar administrativamente este projeto.

Foi ainda necessário acompanhar o processo de reporte, comunicações com os parceiros e participar nas várias reuniões (no país e no estrangeiro) realizadas no âmbito das coordenações dos 2 projetos do Programa Cooperação, *CIRCLE-2 - Climate Impact Research*

and Response Coordination for a Larger Europe (GA 249685) e KARYON - Kernel-based ARchitecture for safetY-critical cONtrol (GA 288195).

1.5.3 Núcleo de Projetos de Investigação Nacionais

A atividade do Núcleo de Projetos de Investigação Nacionais (NPIN) centrou-se predominantemente na relação com a FCT e na gestão financeira e administrativa de projetos de I&D financiados pela FCT, embora em número decrescente.

A conclusão de um elevado número de projetos aprovados no Concurso PTDC/2008 e PTDC/2009 verificado desde 2013, motivou um decréscimo significativo do seu número, apesar da aprovação de 28 novos projetos do Concurso EXPLORATÓRIOS/2013 (em número e valor bastante inferiores aos de anos anteriores, muito por força das condicionantes deste concurso). Em finais de 2014 contabilizam-se 120 projetos ativos, mantendo-se sempre o processo de encerramento administrativo, financeiro e contabilístico dos restantes.

Os 28 Projetos Estratégicos (PEst) em execução tiveram em 2014 uma fase atípica da sua existência: necessitaram, por um lado, de executar o financiamento aprovado para um só ano (no caso das Unidades com classificação inferior a excelente); por outro lado, e por força do processo de avaliação / financiamento que se desenrolou em 2014, extinguir, preparar a fusão ou manter o mesmo perfil a pôr em prática a partir de 2015, para o próximo período de financiamento (2015-2020).

Em finais de 2014 foram divulgados os resultados da avaliação dos Projetos Estratégicos (PEst) geridos pela FFCUL: o número de unidades diminuiu para 20 – essencialmente por força de fusões – embora, do ponto de vista do financiamento, não seja expectável uma redução do montante total anual gerido pela FFCUL.

Apesar da diminuição do número de projetos em execução financiados pela FCT em 2014, duas linhas de atuação deste núcleo mantiveram-se estáveis: por um lado, a constância na relação despesa reportada/despesa reembolsada, sem sobressaltos de ordem financeira; por outro lado, a abertura de concursos para estabelecimento de parcerias internacionais com vista à execução em consórcio de projetos definidos nas variadas áreas científicas das ERA-NETs como:

- Ciências Exatas e da Engenharia;
 - ERA-MIN
 - ERA-NET
 - ERA-MBT
- Ciências Naturais e do Ambiente
 - BiodivERsA
 - ARIMNET2
- Ciências da Vida e da Saúde
 - E-Rare-2

ou outros programas como:

- CMU – Portugal
- MIT - Portugal
- Programa UT Austin Portugal 2014
- JPND – Research Joint Programme
- AAL Programme Call 2014
- Acordos Bilaterais com Marrocos, Argentina e Brasil
- FAPESP - Protocolo de colaboração entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

É expectável uma inversão de ciclo, já que em dezembro de 2014 a FCT abriu um novo Concurso de Projetos em Todos os Domínios Científicos (PTDC) ao qual os Investigadores responderam com um elevado número de candidaturas (411) mas cujos resultados só terão impacto a partir de finais de 2015.

A busca de novas fontes de financiamento traduziu-se na submissão de candidaturas nas áreas definidas no Programa AdaPT, gerido pela Associação Portuguesa do Ambiente (APA), no âmbito da temática da adaptação às alterações climáticas. A candidatura “ClimAdaPT.LOCAL” foi ganha pela FFCUL, o que envolve uma ampla parceria com Institutos de Faculdades, uma Universidade, uma Instituição não-governamental e Câmaras Municipais de todo o país, bem como com empresas e uma organização Norueguesa, com o propósito de contribuir para “aumentar a capacidade para avaliar a vulnerabilidade às alterações climáticas e para aumentar a consciencialização e educação sobre as alterações climáticas” previstas no concurso.

A Fundação Calouste Gulbenkian foi outra das entidades que, através do Programa Estímulo e outros apoios específicos, financiou a atividade científica gerida pelo NPIN, tarefa repartida com a Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica com o Programa “Ciência Viva no verão/no laboratório” e com a “Gilead Sciences, Lda”.

Pela primeira vez surgiram candidaturas a novos apoios para concessão de bolsas através da Associação Portuguesa Contra a Leucemia, a Associação Laço (Cancro da Mama) e a Fundação Terry-Fox.

O acompanhamento administrativo e financeiro de apoio aos Investigadores na execução de cada projeto é assegurado pelos gestores deste núcleo, devendo ser registado a forma como sem, alteração da eficácia e dos níveis de execução dos projetos, se adaptaram a novas normas e procedimentos de funcionamento na sequência da alteração do estatuto jurídico da Fundação.

1.5.4 Núcleo de Investigação sob Contrato

Em 2014 confirmou-se o dinamismo dos Investigadores da FCUL que se concretizou no aumento da atividade deste Núcleo, através da abertura de 62 novos centros de custos de Investigação sob Contrato Nacionais, com as seguintes tipologias:

- Investigação sob Contrato: 62 projetos;
- Eventos: 14 projetos;

O montante contratualizado foi de 1.334.789,21€.

Em resultado do projeto “Plano de divulgação da informação relativa a biodiversidade, ecologia e ambiente desenvolvida pela Somincor”, foi elaborado o documentário de vida selvagem “O Cante da Terra”, integrado no projeto de divulgação da biodiversidade de Neves Corvo, no Baixo Alentejo. O documentário foi líder de audiência quando foi exibido num canal da televisão nacional, tendo ganho diversos prémios a nível nacional e internacional. Foi também exibido nos voos de longo curso da TAP.

Pela primeira vez, a Fundação abriu um centro de custo para gestão das verbas de um projeto financiado através de *crowdfunding*, o projeto “Portugal 2055”, uma base de dados que pretende informar sobre as alterações climáticas em Portugal. O desafio foi fazer uma tiragem impressa deste livro para distribuição por diversas entidades tais como escolas, bibliotecas, organizações de ambiente, apoiantes e autores deste projeto. O montante inicial solicitado (800€) foi excedido tendo sido angariados 957€.

No que diz respeito a recebimentos em 2014 mas relativos a faturação de anos transatos, garantiu-se a cobrança de 441.495 €:

- Faturas emitidas antes de 2013 (2007, 2009, 2011, 2012): 7.454,50€;
- Faturas relativas a 2013: 434.040,29€

Relativamente às faturas emitidas antes de 2013, importa salientar que 2014 foi o primeiro ano desde a constituição deste núcleo em que não foi necessário levar nenhuma fatura emitida a imparidades, uma vez que todos os documentos emitidos já foram pagos na totalidade, ou foram acordados planos de pagamentos que têm sido cumpridos pelas entidades devedoras.

Em 2014 foram realizados 36 eventos científicos, financeiramente geridos pela FFCUL (média de 3 eventos por mês). O financiamento associado foi de 291.085€, não existindo verbas por receber, tanto de inscrições como dos diversos tipos de apoios. Sintetiza-se na Tabela 13 a atividade relativa a estes eventos:

Tipo de evento	N.º eventos realizados	N.º total de participantes	Valor total recebido	Inscrições	Apoios/Donativos isentos de GG	Apoios/Donativos	Facturação/Patrocínios
Curso	19	206	71.965,44 €	35.243,00 €	0,00 €	0,00 €	36.722,44 €
Conferência	7	480	160.415,15 €	145.920,15 €	3.850,00 €	300,00 €	10.345,00 €
Workshop	7	244	48.508,33 €	48.008,33 €	0,00 €	0,00 €	500,00 €
Meeting	3	114	10.196,34 €	9.896,34 €	0,00 €	0,00 €	300,00 €
Total	36	1044	291.085,26 €	239.067,82 €	3.850,00 €	300,00 €	47.867,44 €

Tabela 14 – Eventos científicos realizados em 2014

No sentido de responder às reservas apresentadas pelos auditores, manteve-se o processo de encerramento contabilístico de centros de custo, tendo sido encerrados por este Núcleo 128 centros de custo.

A faturação no período foi de 1.962.684,04€, tendo já sido recebidos 1.715.049,00€.

1.5.5 Núcleo Financeiro

Com a passagem da FFCUL de Fundação Privada para Fundação Pública de Direito Privado, imposta pela tutela ao abrigo da nova Lei-Quadro das Fundações (Lei 24/2012 de 09-07-2012), em 2014 a Fundação passou a estar obrigada a reportes mensais à DGO.

Nesse sentido, já em finais de 2013 tinha sido adjudicado à empresa de suporte informático do sistema de contabilidade “Primavera”, a Alvo, um novo módulo de Gestão Orçamental e Contratação Pública (GOA), para uniformizar os reportes mensais com dados contabilísticos. Este desenvolvimento iniciou-se em 2014 e manteve-se ao longo do ano, com adaptações à contabilidade da FFCUL, acompanhado de testes e aplicação nos reportes mensais.

Manteve-se a apresentação mensal dos mapas de gestão de tesouraria e da relação FFCUL-FCT, o controlo dos procedimentos da Contabilidade, a elaboração dos contratos de Recursos Humanos (funcionários, bolseiros, avençados) e a emissão da faturação.

Destacam-se os seguintes indicadores relativos a 2014:

- A faturação total foi de 2.704.360,03€ com a seguinte distribuição (Tabela 15):

Tipologia	Número de faturas	Valor faturado
Prestações de Serviços Nacionais	213	1.962.684,04 €
Eventos	172 + 910 (faturas/recibo)	388.191,69 €
Prestações de Serviços Internacionais	17	278.847,50 €
Projetos Nacionais e Unidades de I&D	21	74.636,80 €

Tabela 15 – Faturação em 2014

- O prazo médio de recebimentos diminuiu para 25 dias;
- Entraram em tesouraria 12.884.666€ (referente a subsídios e faturação) - uma diminuição de 8% em relação ao ano anterior;
- Efetuaram-se 4981 requisições internas a fornecedores, no valor total de 3.993.210€ (em média, 415 requisições mensais, com valor médio mensal de 332.767€);
- O movimento de tesouraria manteve-se ao mesmo nível do ano anterior. O prazo limite para reembolso aos Investigadores diminuiu para o máximo de 3 semanas; os pagamentos a fornecedores, efetuaram-se, em média, a 60 dias.
- Movimentaram-se cerca de 12.196.643€ em pagamentos a fornecedores, transferências para parceiros, reembolsos a investigadores e pagamento de vencimentos e bolsas (-6%) face a 2013.

1.6 Relacionamento com a FCT

Mantiveram-se boas relações entre a Administração da FFCUL e a Direção da FCT, instrumentais para que os fluxos financeiros de reembolso de PPs fossem razoavelmente constantes, resultado de um ritmo estável de despesa reportada *versus* despesa validada.

A Tabela 16, Figura 6 e a Figura 7 permitem avaliar a situação em 2014. Os dados são atualizados mensalmente com a regularização pela FCT da situação de meses anteriores.

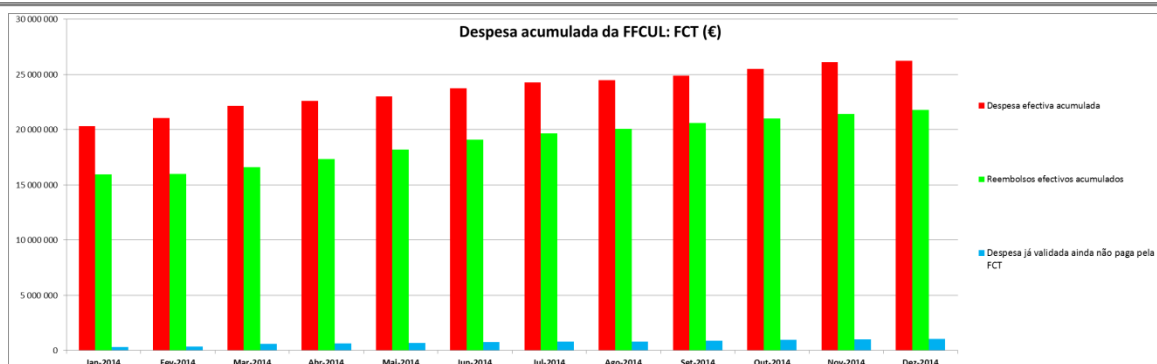


Figura 7 – Relacionamento entre a FFCUL e a FCT - valores acumulados: despesa feita ou comprometida (vermelho), reembolsos FCT (verde), valores já validados pela FCT mas ainda não reembolsados (azul).

1.7 Análise Orçamental

Em agosto de 2013 a Fundação foi considerada como Entidade Pública Reclassificada (EPR), nos termos do Anexo 1 da Circular, série A, n.º 1374 da DGO, relativa à preparação do OE para 2014, pelo que passou a integrar o setor público administrativo como serviço e fundo autónomo. A FFCUL, apesar de não receber qualquer dotação direta do Estado, ficou assim sujeita às regras do OE, de acordo com o art.º 25.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental (DLEO), designadamente quanto à prestação de informação, unidade de tesouraria, alterações orçamentais e lei dos compromissos.

Neste âmbito, a Fundação desenvolveu soluções de suporte para dar resposta às novas exigências, designadamente um módulo de gestão orçamental para automatizar o processo de controlo orçamental, compromisso e cálculo dos fundos disponíveis.

Nas Tabelas 17 - Tabela 21 é descrita a execução orçamental da FFCUL em 2014 nesta nova perspetiva, baseada essencialmente nas noções de “Fonte de financiamento” e de “Classificação Económica” da Despesa e da Receita. A obrigação de prestação de informação a que a FFCUL se encontra sujeita exige um controle e reporte mensal dos valores da execução da Receita e da Despesa, procedendo-se também assim numa base mensal às correções necessárias ao orçamento inicial. Pelo facto da FFCUL continuar a adotar o SNC-ESNL a gestão tática destas correções revelou-se, neste 1º ano de execução de OE, um exercício complexo e moroso.

Fonte de Financiamento/Atividade	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada	Grau Execução
Dotação OE			
319 - Transferências de RG entre organismos	8.849.962,00	8.209.054,00	92,76%
359 - Transferências de RG afetas a projetos cofinanciados entre organismos	82.836,00	81.949,00	98,93%
Financiamento da EU			
480 - Outros	5.452.512,00	4.661.680,00	85,50%
Receita Própria			
510 - Receita própria do ano	2.970.469,00	2.861.369,00	96,33%
RG - Receitas Gerais	17.355.779,00	15.814.052,00	91,12%

Tabela 17 – Execução da receita por fontes de financiamento

Designação	Classificação Económica	Receita Cobrada	%
Transferências correntes	06	6.553.767,00	41,44%
Vendas de bens e serviços	07	2.861.369,00	18,09%
Transferências de capital	10	6.398.916,00	40,46%
		15.814.052,00	100,00%

Tabela 18 – Receita por classificação económica

Fonte de Financiamento/Atividade	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Grau Execução
Dotação OE			
319 - Transferências de RG entre organismos	8.809.001,00	6.086.366,00	69,09%
359 - Transferências de RG afetas a projetos cofinanciados entre organismos	77.994,00	76.010,00	97,46%
Financiamento da EU			
480 - Outros	5.391.419,00	2.848.553,00	52,83%
Receita Própria			
510 - Receita própria do ano	2.914.707,00	2.020.777,00	69,33%
RG - Receitas Gerais	17.193.121,00	11.031.706,00	64,16%

Tabela 19 – Execução da despesa por fontes de financiamento

Designação	Classificação Económica	Pagamentos efetuados	%
Despesas com o pessoal	01	1.867.511,00	16,93%
Aquisição de bens e serviços	02	3.632.286,00	32,93%
Transferências correntes	04	4.045.602,00	36,67%
Outras despesas correntes	06	14.304,00	0,13%
Aquisição de bens de capital	07	804.432,00	7,29%
Transferências de capital	08	667.571,00	6,05%
		11.031.706,00	100,00%

Tabela 20 – Execução da despesa por classificação económica

Receita cobrada total	15.814.052,00	OE - Receitas gerais (319+359)	2.128.627,00
Despesa paga total	11.031.706,00	Financiamento UE (480)	1.813.127,00
SALDO 2014	4.782.346,00	Receitas próprias (510)	840.592,00
			4.782.346,00

Tabela 21 – Saldo de gerência 2014 e sua decomposição por tipologia de receita

2. Demonstrações Financeiras

2.1 Evolução da Estrutura de Rendimentos

A estrutura de rendimentos da FFCUL assenta principalmente na separação entre “subsídios à exploração e ao investimento” e “prestações de serviços” - que correspondem às classificações contabilísticas dos “projetos de investigação sujeitos a financiamento” e da “investigação sob contrato”, respetivamente. A Figura 8 descreve a sua evolução desde 2011:

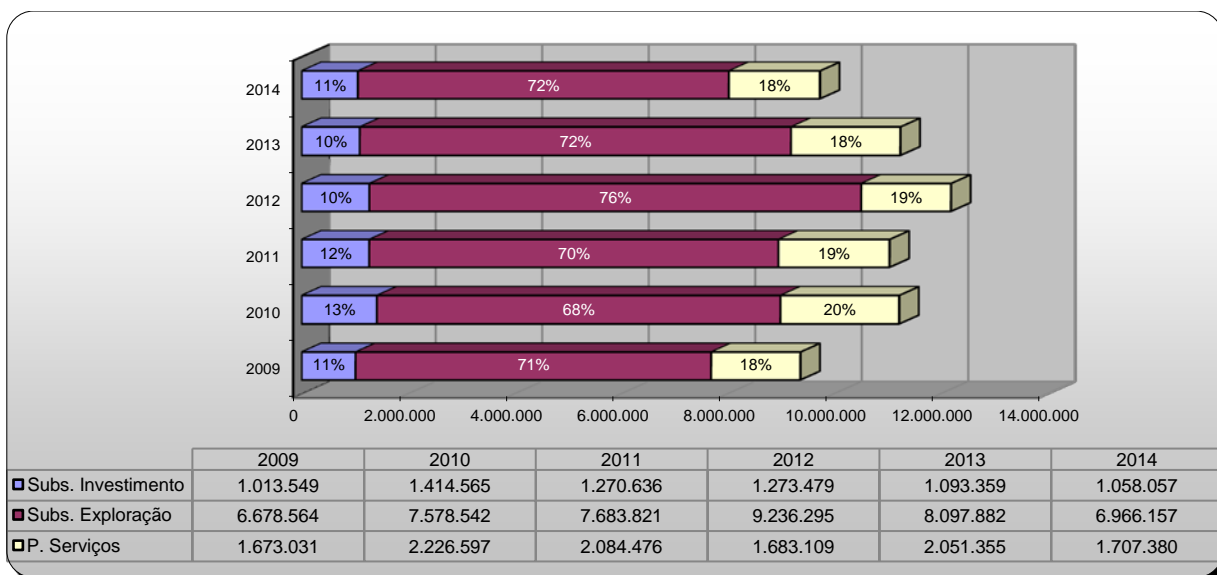


Figura 8 – Evolução da estrutura de rendimentos da FFCUL

Os rendimentos concentram-se nos subsídios à exploração, que representam 72% do total (em valor, -14% em relação a 2013), atingindo um valor de 6.966.157€ em 2014. Nos subsídios ao investimento registou-se um decréscimo para 1.058.057€.

Na componente de Prestação de Serviços verifica-se um decréscimo em valor (-17% relativamente a 2013), decorrente da redução generalizada da atividade económica e das restrições de contratação que têm sido impostas a empresas e institutos públicos.

Os rendimentos da FFCUL diminuíram (-13%) face a 2013, abaixo dos níveis dos anos de 2010 a 2013, mantendo-se todavia a sua composição relativa quase inalterada.

A Tabela 22 sintetiza a execução financeira das Unidades de I&D⁴ em 2013, após validação contabilística.

A Tabela 23 mostra a execução financeira em 2014 (informação contabilística) das diversas áreas departamentais da FCUL.

As Tabela 24 e a Tabela 25 constituem a resposta oficial ao Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN) sobre a Execução financeira e os respetivos Fundos que a suportam em 2013, através do Gabinete de Estatística para Educação e Ciência (DGEEC) do Ministério da Educação e Ciência, e para ser comunicado ao INE e ao Eurostat. Esta resposta é aliás integrada com a resposta complementar produzida pela FCUL que, designadamente, financia as Unidades de I&D através do Orçamento do Estado (salários dos docentes, investigadores e técnicos de alguma forma alocados à atividade de I&D).

⁴ Note-se que a “Unidade” é aqui entendida como unidade-cliente da FFCUL. Existem grupos de I&D da FCUL autónomos ou ligados a entidades externas que, para estes efeitos, se discriminam.

Para efeitos de geração destes indicadores financeiros relativos à atividade de I&D, um projeto / centro de custo é associado ao Departamento ao qual pertença o seu Investigador Responsável. No caso das Unidades com financiamento plurianual da FCT, os valores são repartidos em função da proveniência departamental dos investigadores integrados e no ativo, de acordo com os dados constantes no CENSUS. Algumas unidades de I&D podem estar associadas a vários departamentos, na proporção relativa dos respetivos números de investigadores integrados envolvidos. Com a crescente atualização dos sistemas de informação da FCUL, estas tabelas constituirão progressivamente uma descrição mais rigorosa do sistema de I&D da FCUL.

UI&D	Unidades de I & D				Projectos de Investigação Nacional				Projectos de Investigação Europeus				Investigação sob Contrato				TOTAL			
	Valor	%	Q	%	Valor	%	Q	%	Valor	%	Q	%	Valor	%	Q	%	Valor	%	Q	%
BIOFIG	152.455,23	7%	7	6%	325.503,32	8%	35	8%	81.787,77	4%	4	6%	29.459,37	2%	14	4%	589.205,69	6%	60	6%
CAAUL	41.400,94	2%	2	2%	59.317,96	1%	15	3%	38.786,53	2%	1	2%	4.923,52	0%	3	1%	144.428,95	1%	21	2%
CAUL	44.288,35	2%	3	2%	69.355,72	2%	1	0%				736,46	0%	2	1%	114.380,53	1%	6	1%	
CBA	124.441,99	6%	7	6%	832.861,42	21%	73	16%	204.328,75	10%	13	21%	240.255,94	15%	65	21%	1.401.888,10	14%	158	17%
CBV / IBB	9.916,86	0%	4	3%	81.918,37	2%	6	1%	17.135,87	1%	1	2%	607,74	0%	1	0%	109.578,84	1%	12	1%
CCMM	84.639,58	4%	4	3%	92.868,75	2%	17	4%	36.764,96	2%	1	2%	52.470,56	3%	6	2%	266.743,85	3%	28	3%
CEAUL	103.910,77	5%	4	3%	41.829,75	1%	4	1%				4.607,43	0%	13	4%	150.347,95	2%	21	2%	
CEGUL	90.361,97	4%	5	4%	21.107,35	1%	12	3%				397.140,60	24%	35	11%	508.609,92	5%	52	5%	
CELC	33.006,93	2%	2	2%	532,95	0%	1	0%				6,26	0%	1	0%	33.546,14	0%	4	0%	
CESAM / UA	1.000,24	0%	1	1%	39.292,75	1%	5	1%						2%	4	1%	72.902,16	1%	10	1%
CFAUL	52.720,22	2%	3	2%	43.189,81	1%	6	1%				1.573,01	0%	2	1%	97.483,04	1%	11	1%	
CFC	74.104,62	3%	3	2%	44.584,68	1%	6	1%				14.919,97	1%	7	2%	133.609,27	1%	16	2%	
CFMC	45.122,65	2%	4	3%	78.038,92	2%	9	2%				760,00	0%	1	0%	123.921,57	1%	14	1%	
CFNUL	59.601,18	3%	5	4%	118.090,63	3%	13	3%	11.591,09	1%	2	3%	290,08	0%	1	0%	189.572,98	2%	21	2%
CFTC	56.087,49	3%	2	2%	117.820,96	3%	6	1%	10.190,89	1%	1	2%	9.958,79	1%	2	1%	194.058,13	2%	11	1%
EDU	43,75	0%	1	1%	3.024,84	0%	3	1%				213,62	0%	2	1%	3.282,21	0%	6	1%	
CIO	109.501,04	5%	3	2%	12.644,17	0%	4	1%					-11.815,14	-1%	1	0%	110.330,07	1%	8	1%
CIUHCT	31.661,65	1%	5	4%	9.338,59	0%	8	2%				4.133,79	0%	2	1%	45.134,03	0%	15	2%	
CMAF	131.184,61	6%	4	3%	120.800,11	3%	12	3%	146.793,48	7%	2	3%	4.735,87	0%	2	1%	403.514,07	4%	20	2%
CO	157.978,27	7%	7	6%	376.677,27	9%	37	8%	207.849,10	11%	2	3%	308.871,31	19%	59	19%	1.051.375,95	11%	105	11%
CQB	156.040,72	7%	7	6%	368.868,85	9%	50	11%	58.889,43	3%	2	3%	4.449,82	0%	6	2%	588.248,82	6%	65	7%
CREMINER	69.663,75	3%	7	6%	82.112,46	2%	9	2%	10.316,90	1%	1	2%	-775,41	0%	3	1%	161.317,70	2%	20	2%
GFMUL	30.750,50	1%	2	2%	37.668,97	1%	5	1%				414,56	0%	2	1%	68.834,03	1%	9	1%	
IBEB	38.535,85	2%	5	4%	96.659,14	2%	6	1%	80.505,10	4%	2	3%	28.204,10	2%	2	1%	243.904,19	3%	15	2%
ICEMS /IST	11.258,25	1%	3	2%	14.312,37	0%	2	0%				2.257,62	0%	1	0%	27.828,24	0%	6	1%	
IDL	183.709,92	9%	8	7%	543.680,81	14%	61	13%	190.990,63	10%	8	13%	258.884,49	16%	14	4%	1.177.265,85	12%	91	10%
INESC-ID					320,56	0%	1	0%									320,56	0%	1	0%
LabMag	28.038,05	1%	2	2%	12.786,87	0%	4	1%	76.689,96	4%	4	6%	7.006,49	0%	5	2%	124.521,37	1%	15	2%
LASIGE	139.826,68	7%	4	3%	194.586,96	5%	25	5%	365.932,10	19%	8	13%	-32.623,58	-2%	24	8%	667.722,16	7%	61	6%
LATTEX																				
LOLS					4.708,28	0%	4	1%	5.271,74	0%	2	3%	130.981,99	8%	14	4%	140.962,01	1%	20	2%
NLX					48.701,63	1%	1	0%				6.989,17	0%	5	2%	55.690,80	1%	6	1%	
SESUL	15.066,65	1%	4	3%	32.916,90	1%	4	1%	-66,95	0%	1	2%	29.231,89	2%	5	2%	77.148,49	1%	14	1%
SIM	57.407,33	3%	5	4%	47.091,14	1%	8	2%	347.815,61	18%	6	10%	98.645,29	6%	9	3%	550.959,37	6%	28	3%
Sem UI&D Associada					238,50	0%	2	0%	66.069,31	3%	2	3%	4.154,06	0%	3	1%	70.461,87	1%	7	1%
TOTAL	2.133.726,04		123		3.973.451,76		455		1.957.642,27		63		1.634.278,84		316		9.699.098,91		957	

Tabela 22 – Estrutura da execução financeira em 2014 por Unidade de investigação (componente FFCUL).

Departamentos	Unidades de I & D				Projectos de Investigação Nacional				Projectos de Investigação Europeus				Investigação sob Contrato				TOTAL			
	Valor	%	Q	%	Valor	%	Q	%	Valor	%	Q	%	Valor	%	Q	%	Valor	%	Q	%
Biologia Animal	180.229,98	8%	10	8%	769.254,37	19%	70	15%	179.107,13	9%	7	11%	301.133,43	18%	67	21%	1.429.724,91	15%	154	16%
Biologia Vegetal	229.307,81	11%	14	12%	440.170,72	11%	47	10%	223.450,66	11%	9	14%	257.551,73	16%	63	20%	1.150.480,92	12%	133	14%
Educação (IEDU-UL)	43,75	0%	1	1%	2.400,10	0%	1	0%					213,62	0%	2	1%	2.657,47	0%	4	0%
Estatística e Investigação Operacional	237.263,56	11%	9	7%	39.468,84	1%	6	1%	12.644,52	1%	0	0%	-6.667,72	0%	11	3%	282.709,20	3%	26	3%
Física	372.720,28	17%	29	24%	587.882,16	15%	66	15%	475.835,29	24%	12	19%	235.449,63	14%	30	10%	1.671.887,36	17%	138	14%
Engª Geográfica, Geofísica e Energia	228.497,44	11%	13	11%	301.115,21	8%	45	10%	210.195,58	11%	7	11%	269.469,60	16%	13	4%	1.009.277,83	10%	78	8%
Geologia	154.001,59	7%	12	9%	197.959,32	5%	33	7%	10.591,81	1%	2	3%	399.329,83	24%	44	14%	761.882,55	8%	91	9%
História e Filosofia das Ciências	63.420,77	3%	6	5%	34.957,18	1%	8	2%					11.116,14	1%	6	2%	109.494,09	1%	21	2%
Informática	167.864,73	8%	5	4%	256.075,46	6%	30	7%	415.973,59	21%	10	16%	-18.711,12	-1%	33	10%	821.202,66	8%	78	8%
Matemática	215.378,64	10%	10	8%	175.869,06	4%	18	4%	56.900,34	3%	1	1%	5.923,64	0%	3	1%	454.071,68	5%	32	3%
Química e Bioquímica	284.997,49	13%	13	10%	667.573,79	17%	84	18%	184.131,14	9%	7	11%	91.713,69	6%	20	6%	1.228.416,11	13%	124	13%
Outros					500.725,56	13%	46	10%	188.812,20	10%	8	13%	87.756,37	5%	24	8%	777.294,13	8%	78	8%
TOTAL	2.133.726,04		123		3.973.451,76		455		1.957.642,27		63		1.634.278,84		316		9.699.098,91		957	

Tabela 23 – Estrutura da execução financeira da FFCUL em 2014 por área departamental da FCUL.

UNIDADES	1.1 - DESPESAS CORRENTES			1.2 - DESPESAS DE CAPITAL			TOTAIS	
	1.1.1 - DESPESAS C/ PESSOAL		1.1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.2.1 - Construções & Instalações	1.2.2 - Instrumentos & Equipamentos	TOTAL		
	Contratados	Bolseiros						Total
BIOFIG		109.426	109.426	390.887		88.893	88.893	589.206
CAAUL	7.140	40.312	47.452	82.372		14.606	14.606	144.429
CAUL	59.269	4.385	63.654	43.760		6.967	6.967	114.381
CBA	153.353	378.988	532.341	755.041		114.506	114.506	1.401.888
CBV / IBB		47.040	47.040	49.097		13.442	13.442	109.579
CCMM		48.792	48.792	167.422		50.530	50.530	266.744
CEAUL				128.239		22.109	22.109	150.348
CEGUL	13.130	155.461	168.591	298.997		41.022	41.022	508.610
CELC		5.960	5.960	24.852		2.734	2.734	33.546
CESAM / UA		11.760	11.760	55.949		5.193	5.193	72.902
CFAUL		2.470	2.470	50.274		44.739	44.739	97.483
CFC	33.563	9.690	43.253	86.244		4.113	4.113	133.609
CFMC		49.455	49.455	55.678		18.789	18.789	123.922
CFNUL		63.090	63.090	97.104		29.378	29.378	189.573
CFTC		66.459	66.459	95.210		32.390	32.390	194.058
EDU				2.720		562	562	3.282
CIO	21.233	9.208	30.440	60.963		18.926	18.926	110.330
CIUHCT				40.382		4.752	4.752	45.134
CMAF	63.541	98.587	162.129	229.719		11.666	11.666	403.514
CO	42.197	379.831	422.028	571.825		57.523	57.523	1.051.376
CQB		132.834	132.834	322.117		133.298	133.298	588.249
CREMINER	5.627	16.134	21.761	86.222		53.335	53.335	161.318
GFMUL		20.735	20.735	46.064		2.035	2.035	68.834
IBEB	41.153	82.941	124.094	108.304		11.507	11.507	243.904
ICEMS /IST		2.840	2.840	15.753		9.235	9.235	27.828
IDL	18.757	412.340	431.097	660.164		86.005	86.005	1.177.266
INESC-ID				53		267	267	321
LabMAG		49.842	49.842	68.217		6.463	6.463	124.521
LASIGE	24.556	311.416	335.972	271.423		60.327	60.327	667.722
LATTEX								
LOLS		47.665	47.665	72.412		20.885	20.885	140.962
NLX		32.244	32.244	19.867		3.579	3.579	55.691
SESUL		7.980	7.980	36.897		32.272	32.272	77.148
SIM	175.540	93.043	268.584	271.308		11.067	11.067	550.959
Sem UI&D Associada	43.716		43.716	23.211		3.535	3.535	70.462
FFCUL	722.168	37.950	760.118	655.593		31.686	31.686	1.447.396
TOTAIS	1.424.943	2.728.877	4.153.820	5.944.340		1.048.334	1.048.334	11.146.495

Tabela 24 – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN) 2014 (Componente FFCUL).

UNIDADES	FUNDOS DO ESTADO						FUNDOS INTERNACIONAIS										OUTROS FUNDOS				TOTAL			
	OE	FUNDOS ESTRUTURAIS	OUTROS FUNDOS DO ESTADO	FUNDOS DE IPFSL	EMPRESAS	TOTAL	EU		ORG. INTERNACIONAIS		EMPRESAS		INSTITUIÇÕES DO ESTADO		INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR		IPFSL		TOTAL	RECEITAS PRÓPRIAS		MECENATO CIENTÍFICO	OUTROS	TOTAL
							FP's	OUTROS	EU	FORA DA EU	EU	FORA DA EU	EU	FORA DA EU	EU	FORA DA EU	EU	FORA DA EU						
BIOFIG		440.623	3.646	5.626		449.895	10.800		97.057	27.885					105				135.847	6.632		-3.169	3.463	589.206
CAUL		100.971				100.971	38.787												38.787			4.671	4.671	144.429
CAUL		113.644				113.644																736	736	114.381
CBA		956.914	38.108	-8.064	36.212	1.023.169	190.979		17.964	10.529					366				219.837	88.253		70.629	158.882	1.401.888
CBV / IBB		91.835				91.835	17.136												17.136			608	608	109.579
CCMM		176.354				176.354	229		37.919						8.715				46.863			43.526	43.526	266.744
CEAUL		145.741	1.629		612	147.981																2.367	2.367	150.348
CEGUL	1.500	109.969	137.731		195.778	444.979			73	3.693								3.766	51.653		8.212	59.865	508.610	
CELC		33.007		533		33.540																6	6	33.546
CESAM / UA		40.293				40.293																32.609	32.609	72.902
CFAUL		95.910	51			95.961																1.522	1.522	97.483
CFC	438	118.499	145			119.081																14.528	14.528	133.609
CFMC		120.091		3.070		123.162																760	760	123.922
CFNUL		177.692				177.692	3.456		8.135										11.591			290	290	189.573
CFTC		173.908				173.908	10.191												10.191			9.959	9.959	194.058
EDU		3.069	211			3.279																3	3	3.282
GIO		122.145				122.145						-11.815												110.330
GIUHCT		36.427		4.573		41.000															3.580	554	4.134	45.134
CMAF		234.230		17.755		251.985	146.793												146.793			4.736	4.736	403.514
CO		520.786	93.375	6.412	32.720	653.294	212.643		41.312	14.993								268.948	31.709		97.425	129.134	1.051.376	
COB		518.094		5.846		523.940	58.009		1.634									59.644		-47	4.713	4.666		588.249
CREMINER	810	150.967	249	5.384		157.409	10.317											10.317	-6.408			-6.408		161.318
GFMUL		67.493		1.316		68.809																25	25	68.834
IBEB		135.195				135.195	49.160		35.170	24.379														243.904
ICEMS /IST		27.828				27.828																		27.828
IDL		726.559	1.181	485	5.009	733.234	185.974		229.241	20.352					5.405			440.971	933		2.127	3.060	1.177.266	
INESC-ID		321				321																		321
LabMag		40.825			83	40.908	76.690											76.690	4.296		2.627	6.923	124.521	
LASIGE		334.781	2.918	740	17.316	355.755	365.932		154	2.219					1.607			369.911			-57.944	-57.944	667.722	
LATTEX																								
LOLS		7.288				7.288	5.272		85.055	6.860								97.187	22.360		14.127	36.488	140.962	
NLX		49.272	325			49.597									6.094						6.094	6.094		55.691
SESUL		47.984	11.513			59.497	-67			10.303								10.236	7.415			7.415		77.148
SIM		85.491	54.123	19.007	11.310	169.931	347.816		57									347.872	22.537		10.619	33.156	550.959	
Sem UI&D Associada		63.808	3.253			67.061	2.500											2.500				901	901	70.462
FFCUL																						1.447.396	1.447.396	1.447.396
TOTAIS	2.748	6.068.012	348.458	62.683	299.041	6.780.941	1.732.616		552.137	111.032					10.793	5.405		2.411.981	232.914		1.720.658	1.953.572	11.146.495	

Tabela 25 – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN) 2014 (Fundos) (componente FFCUL).

2.2 Evolução dos Resultados Líquidos

A situação económico-financeira no final do exercício segue a estrutura já evidenciada nos exercícios anteriores (Figura 9). O resultado mantém-se positivo, atingindo 93.386€ (104.427€ antes de imposto), consolidando-se assim os resultados líquidos da FFCUL.

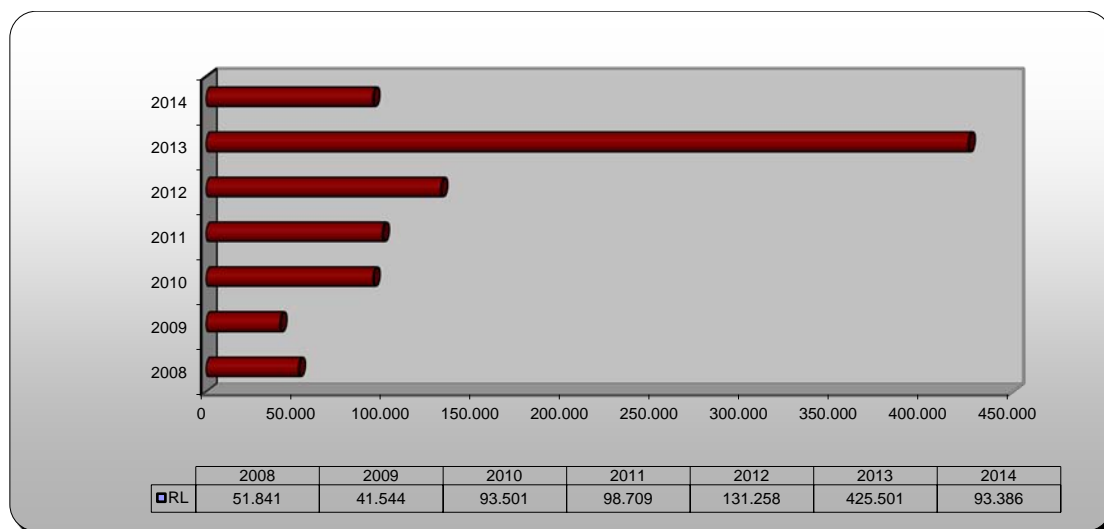


Figura 9 – Evolução dos Resultados Líquidos (depois do imposto) da FFCUL

A diminuição significativa do Resultado Líquido face a 2013 decorre diretamente de:

- O encerramento contabilísticos de CC's, conforme descrito na secção 1.1, Tabela 4;
- A diminuição dos Rendimentos, conforme descrito na secção 2.1, Figura 8;
- A reversão em 2013 da Provisão constituída em 2012 no valor de 455.893€, resultado das análises de PP's reportados ao financiador FCT, e nos quais a despesa estava a ser considerada de elegibilidade duvidosa, tendo a FFCUL contestado. Em 2013 a entidade financiadora FCT aceitou a contestação da FFCUL, corrigindo as análises, relativamente às despesas de elegibilidade duvidosa e considerando-as elegíveis. Desde modo, o Resultado Líquido de 2013 assumiu um valor muito elevado.

2.3 Estrutura de Rendimentos e Gastos Indiretos antes do Imposto

Descreve-se na Tabela 26 a estrutura de gastos e rendimentos da FFCUL em 2014:

Rubrica	2013	2014	Var %	Var Abs
Verba Aprovada	1.715.199	1.486.936	-13%	-228.263
Juros Credores	5.799	5.326	-8%	-473
Outros Rendimentos / Dif. De Câmbio	1.023	59.562	5722%	58.539
Reversão da Provisão	455.893	0	-100%	-455.893
Total Receitas	2.177.913	1.551.824	-29%	-626.090
Recursos Humanos	632.377	753.952	19%	121.576
Aquisição de Serviços	192.033	178.453	-7%	-13.580
Outras Despesas Correntes	50.580	41.790	-17%	-8.790
Despesas Bancárias	1.502	4.377	191%	2.876
Equipamento	31.686	19.203	-39%	-12.482
Outros Gastos / Dif. Câmbio	48.491	5.920	-88%	-42.571
Riscos de Projetos	171.171	-56.300	-133%	-227.471
Despesas LSE	581.420	500.000	-14%	-81.420
Total Despesas	1.709.260	1.447.396	-15%	-261.863
Resultado	468.654	104.427	-78%	-364.227

Tabela 26 – Estrutura de Gastos e Rendimentos da FFCUL (2014)

Do lado da **Receita** verifica-se um decréscimo de (29%) face ao ano de 2013. Destaca-se:

- A diminuição significativa das receitas provenientes de *overheads* (-13%), representando o nível desfavorável de execução ocorrido ao longo de 2014.
- A ligeira diminuição dos Juros Credores, traduzindo a atual redução das taxas de juro bancário, associado à atual situação económico-financeira nacional e europeia.
- A variação dos “Outros Rendimentos / Dif. De Câmbio”, motivado pelas diferenças de Câmbio a favor da FFCUL.

Do lado da **Despesa**, note-se que:

- Os “Recursos Humanos” são a rubrica de maior peso (52%) e o seu peso aumentou em 2014 (ver Secção 1.3). Várias destas componentes foram já ultrapassadas e não se verificarão em 2015.
- As “Despesas LSE” (Limpeza, Segurança e Energia) são a segunda rubrica de maior peso (35%), referindo-se à comparticipação dos gastos incorridos pela FCUL (500K€) (mas não pelo ICAT em 2014) com o acolhimento de projetos.
- Em “Aquisição de Serviços” estão contemplados os gastos incorridos com a subcontratação dos serviços de contabilidade e processamento salarial, auditoria e

revisão de contas, manutenção de equipamentos, medicina do trabalho, serviços de propriedade intelectual e gastos de advocacia.

- É de salientar a diferença significativa do valor em "Riscos de Projetos". O encerramento contabilístico de projetos teve grande impacto, motivado por correções e movimentos contabilísticos que geraram um proveito na ordem dos 56k€.

3. Situação Económica e Financeira

Os diversos elementos contabilísticos permitem concluir que a evolução da FFCUL em 2014 foi positiva apesar do decréscimo da atividade, num contexto económico-financeiro e institucional dos mais complexos da sua vida. A gestão financeira adotada nos últimos anos assentou num perfil prudente por forma a permitir a liquidez e a estabilidade financeira e manter a boa execução dos Projetos de Investigação.

3.1 Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido de 2014 foi positivo em 93.386€. Este decréscimo significativo, face a 2013, decorre diretamente da reversão em 2013 da provisão constituída no exercício anterior.

3.2 Fundos Patrimoniais

Na perspetiva de Balanço há a salientar a continuação do valor significativo dos Fundos Patrimoniais, que em 2014 atingiram 3.070.257€ (Figura 10).

Este valor é uma consequência direta da introdução das normas do Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), o qual tem por base as Normas Internacionais de Contabilidade compatíveis com as Diretivas Comunitárias sobre o relato Financeiro. Verificou-se em 2009 uma alteração profunda na contabilização dos Fundos Patrimoniais na FFCUL.

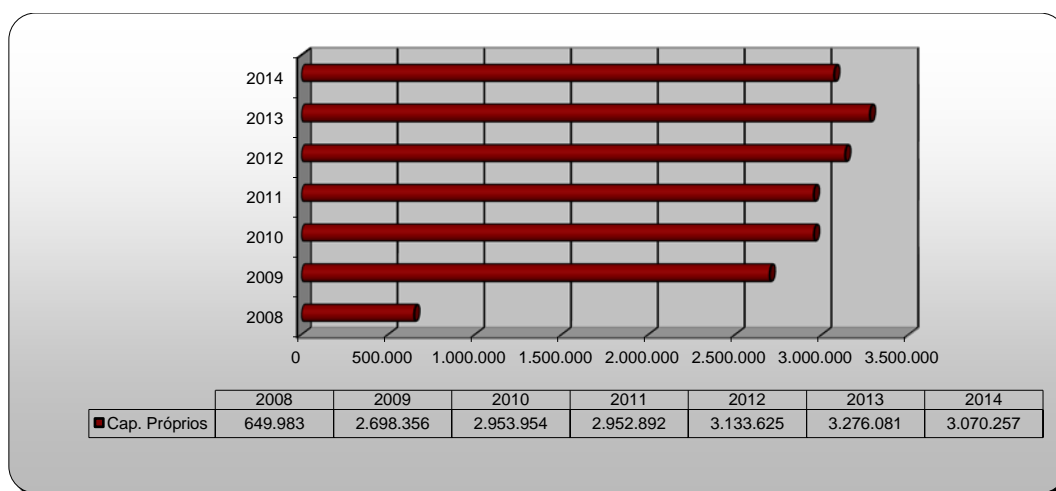


Figura 10 – Evolução dos Fundos Patrimoniais da FFCUL

Na estrutura dos Fundos Patrimoniais salientam-se, nomeadamente:

a) Outras Variações nos Fundos Patrimoniais - Subsídios ao Investimento

De acordo com a NCRF22, a FFCUL contabiliza nos Fundos Patrimoniais o valor das aquisições de Ativos Fixos Tangíveis, quando existe uma segurança razoável do recebimento desses subsídios ao investimento. Como consequência foram aumentados ao valor dos Fundos Patrimoniais da FFCUL 1.515.119,44€.

b) Ajustamentos em ativos financeiros

Não foram efetuados ajustamentos relativos à participação financeira na PETSys - Medical PET Imaging Systems, S. A. (PETSys), visto que até à data a FFCUL não foi informada do resultado líquido do exercício de 2014 da PETSys.

c) Resultado Líquido

Durante o ano de 2014 a FFCUL obteve resultados líquidos positivos de 93.386€.

3.3 Estrutura do Balanço

A estrutura do Balanço apresenta, mais uma vez, uma variação significativa nos Ativos Fixos Tangíveis (Tabela 27):

Rubrica	2013	2014	Varição
Ativo Não Corrente	2.098.441	1.738.277	-360.164
Ativos Fixos Tangíveis	2.047.541	1.667.744	-379.797
Outras Ativos Não Correntes	50.900	70.533	19.633
Ativo Corrente	12.340.131	12.086.379	-253.752
Clientes	472.619	401.471	-71.148
Outras Contas a Receber	8.161.140	7.915.139	-246.001
Caixa e Depósitos Bancários	3.599.652	3.710.823	111.171
Outros Ativos Correntes	106.721	58.947	-47.773
Total do Ativo Líquido	14.438.571	13.824.656	-613.916
Fundos Patrimoniais	3.276.081	3.070.257	-205.824
Fundos	1.995	1.995	0
Resultados Transitados	1.012.499	1.459.756	447.257
Ajustamentos em ativos financeiros	21.757	0	-21.757
Outras Variações nos Fundos patrimoniais	1.814.329	1.515.119	-299.210
Resultado Líquido do período	425.501	93.386	-332.115
Passivo	11.162.491	10.754.399	-408.092
Passivo Não Corrente			
Provisões Específicas	0	0	0
Passivo Corrente			
Fornecedores	628.118	473.239	-154.880
Estado e Outros Entes Públicos	95.765	106.256	10.491

Financiamentos Obtidos	2.147	2.222	75
Outras Contas a Pagar	1.490.927	1.287.916	-203.011
Diferimentos	8.945.534	8.884.766	-60.768
Total de Fundos Patrimoniais e do Passivo	14.438.571	13.824.656	-613.916

Tabela 27 – Estrutura do Balanço

Face aos Ativos Fixos Tangíveis do ano anterior, durante o ano de 2014 verifica-se a contínua diminuição do Imobilizado corpóreo (-379.797€), que se justifica pelos abates das amortizações que foram superiores às aquisições no exercício.

As rubricas mais significativas do Ativo Corrente continuam a ser:

- a) **Outras Contas a Receber** - representam os gastos já incorridos com projetos, mas cujas verbas ainda não foram recebidas (7.915.139€ contra 8.161.140€ em 2013), registando, desta forma uma diminuição de 246.001€, refletindo-se na descida da atividade da Fundação.
- b) **Disponibilidades** - representam 3.710.823€, registando um acréscimo de 3% face a 2013 no montante de 111.171€. Justificam-se principalmente pelos recebimentos das rubricas de Outras Contas a Receber, Clientes e Estado e Outros Entes Públicos.

Uma última referência para os saldos de Clientes, de 401.471€, e de Outros Ativos Correntes (Adiantamentos a fornecedores, estado, diferimentos) de 58.947€, que apresentam, respetivamente, um decréscimo de 15% e 45% face ao ano anterior.

Em 2014, o ICAT não pagou a sua dívida de acordo com o Plano aprovado pelos Credores em Assembleia realizada no Tribunal de Comércio em 20 de fevereiro de 2009 e com despacho de sentença homologatória do Tribunal em 23 de Setembro de 2009 (valor anual de cerca de 26 k€). Com efeito, por um lado, esta Associação passou a ser gerida pela Comissão Liquidatária, não tendo qualquer espécie de liquidez de tesouraria; por outro lado, o adiamento da extinção formal do ICAT para 2015 inviabilizou que a FCUL assumisse os compromissos do ICAT no serviço da dívida à FFCUL.

Recorde-se, a propósito, que a 31 de julho de 2014 foi assinado entre o ICAT, a FCUL e a FFCUL um acordo de pagamento e quitação da dívida, a transitar do ICAT para a FCUL, no montante total de 157.160,49€ e a abater até ao limite do prazo aprovado no Plano de Pagamentos com o ICAT (23 de setembro de 2019). A forma de regularização da dívida deverá ainda ser objeto de acordo entre a FCUL e a FFCUL, acordo que não poderá ocorrer antes da extinção formal do ICAT. Quaisquer transferências diretas da FCUL para a FFCUL serão objeto de fortíssimo escrutínio pelas entidades de fiscalização. À data, espera-se ainda a decisão formal final do Tribunal do Comércio, a que se seguirá uma última Assembleia Geral e o registo da extinção.

No que respeita ao Passivo mantém-se a inexistência de passivos remunerados. Todavia, o passivo global passou de 11.162.491€ em 2013 para 10.754.399€ em 2014 e é explicada essencialmente pelo decréscimo das seguintes rubricas:

- a) Em **Fornecedores** no montante de 154.880€, e que reflete não só a execução das Unidades de Investigação e Projetos FCT no final do ano de 2014, (barra azul, Figura 6), bem como uma boa gestão de tesouraria com a diminuição dos prazos médios de pagamento para 60 dias.
- b) Na rubrica de **Outras Contas a Pagar** no montante de 203.011€ onde o peso principal reside nas verbas a transferir para Parceiros, resultante de subsídios recebidos.
- c) Nos **Diferimentos**, constituídos essencialmente por adiantamentos recebidos por conta de Subsídios à Exploração (3.665.453€), ao Investimento (338.253€), à Investigação Sob Contrato (3.076.604€) e de *overheads* (1.804.457€). No ano de 2013 totalizaram 8.884.766€, ou seja, 83% do Passivo, tendo registado uma diminuição de 60.768€ face a 2013, motivado pelos adiantamentos a Projetos, e pelo encerramento de diversos Programas de Financiamento e Execução das Unidades de Investigação.

3.4 Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que os Resultados Líquidos do exercício, no montante de 93.386€, sejam integralmente transferidos para Resultados Transitados.

4. Perspetivas futuras

O futuro da Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa em 2015 será condicionado pelas seguintes orientações e desafios:

1. Reforço da articulação funcional entre a FFCUL e a FCUL na gestão integrada da I&D ao longo de todo o ciclo de vida dos projetos, e que, para além das intervenções associadas ao reforço da internacionalização do financiamento, deverão ir incluindo a divulgação de resultados, e a valorização e transferência do conhecimento decorrente da atividade de I&D e da capacidade acumulada dos investigadores e das equipas na resolução de problemas e na criação de oportunidades.
2. Reforço da internacionalização da atividade de I&D, através de investimento para apoio a áreas mais estruturadas, mais internacionalizadas, objeto de políticas ativas da ULisboa ou já associadas a redes internacionais complexas e extremamente competitivas.
3. Adaptação do modelo interno de financiamento face à eventual alteração das regras da FCT e à possível redução do número de projetos subsidiados pela FCT.

4. Contínua adaptação da atividade operacional, administrativa, financeira e de recursos humanos da FFCUL, por força das alterações impostas pela Lei-Quadro das Fundações e do novo estatuto de Fundação Pública de Direito Privado. A Fundação fica obrigada a um esquema de gestão muito próximo do da gestão pública, e só a coesão e profissionalismo da sua equipa viabilizam os níveis de qualidade e de prontidão que os investigadores exigem da sua Fundação, felizmente ainda pouco alterados em relação ao passado.
5. Adaptação e procura de soluções para as limitações decorrentes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, sobretudo no domínio da contratação de investigadores.
6. Continuação do acompanhamento da quitação da dívida do ICAT após plena assunção pela FCUL das dívidas herdadas.
7. Intervenção prioritária da FFCUL em todos os domínios objeto de reservas dos auditores - seja através dos seus recursos próprios ou de eventual contratação externa - designadamente prosseguindo o encerramento contabilístico de projetos e unidades, de modo a reforçar a solidez financeira da FFCUL.

Estas medidas ajudarão a Instituição (institucional e operacionalmente) a atuar no contexto económico-financeiro nacional muito difícil de 2015, num quadro ainda muito instável e economicamente débil, e com o início de um novo ciclo (assaz conturbado) de funcionamento da FCT.

5. Agradecimentos

O Conselho de Administração da Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa deseja expressar o seu reconhecimento às seguintes entidades:

- A todos os investigadores e docentes da FCUL que viabilizaram, através das suas iniciativas, compreensão e aceitação das regras de funcionamento da FFCUL, o trabalho desta sua Instituição que os pretende servir;
- Às entidades financiadoras e a todas as outras entidades que recorreram aos serviços da FFCUL e que contribuíram para o seu desenvolvimento;
- A todos os funcionários, colaboradores e auditores da FFCUL pela qualidade do desempenho das tarefas que desenvolvem;
- Aos Membros do Conselho Fiscal e da Mesa do Conselho Geral, pelo interesse e colaboração prestados;

Lisboa, 13 de março de 2015

O Conselho de Administração



Professor Doutor José Manuel de Nunes Vicente e Rebordão



Professora Doutora Maria da Luz da Costa Pereira Mathias



Professor Doutor Jorge Manuel Rodrigues de Sancho Relvas

6. Órgãos Sociais a 31 de Dezembro de 2014

Mesa do Conselho Geral

Presidente

Professor José Artur Martinho Simões

Conselho de Administração

Presidente

Professor Doutor José Manuel de Nunes Vicente e Rebordão

Vogal

Professora Doutora Maria da Luz da Costa Pereira Mathias

Vogal

Professor Doutor Jorge Manuel Rodrigues de Sancho Relvas

Conselho Fiscal

Presidente

Professor Doutor Jorge Miguel Alberto de Miranda

Vogal

Professor Doutor Luís Fernando Sanchez Rodrigues

Vogal

BDO & associados, SROC, representada pelo

Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias

7. Balanço

FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Balanço em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro 2013

(Montantes expressos em Euros)

	NOTAS	31-12-2014	31-12-2013
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	6	1.667.744,03	2.047.540,57
Activos intangíveis	7	41.052,63	15.359,52
Participações financeiras - outros métodos	8	29.480,00	35.540,41
		1.738.276,66	2.098.440,50
ACTIVO CORRENTE			
Clientes	10	401.470,65	472.618,71
Adiantamentos a fornecedores	11	21.876,40	17.333,28
Estado e Outros Entes Públicos	19	9.420,87	50.624,33
Outras contas a receber	10 e 12	7.915.138,69	8.161.140,02
Diferimentos	13	27.649,87	38.762,93
Caixa e depósitos bancários	4	3.710.822,50	3.599.651,69
		12.086.378,98	12.340.130,96
Total do Activo		13.824.655,64	14.438.571,46
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
FUNDOS			
Resultados Transitados	14	1.995,19	1.995,19
Ajustamentos em activos financeiros		1.459.756,41	1.012.498,99
Outras variações no capital próprio	15	0,00	21.756,62
		1.515.119,44	1.814.328,96
Resultado Líquido do período		93.385,72	425.500,80
Interesses minoritários			
Total do Capital Próprio		3.070.256,76	3.276.080,56
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões Específicas		0,00	0,00
		0,00	0,00
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	18	473.238,62	628.118,15
Estado e Outros Entes Públicos	19	106.255,69	95.764,79
Financiamentos obtidos	4 e 16	2.221,82	2.146,94
Outras contas a pagar	17	1.287.916,42	1.490.927,00
Diferimentos	20	8.884.766,33	8.945.534,02
		10.754.398,88	11.162.490,90
Total do Passivo		10.754.398,88	11.162.490,90
Total de Fundos Patrimoniais e do Passivo		13.824.655,64	14.438.571,46

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Rita Frascquilho

A ADMINISTRAÇÃO

M. Manuel P. M. S. Silva
 nome do lux note
 João Manuel P. M. S. Silva

8. Demonstração dos Resultados

FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 31 DE DEZEMBRO 2013

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2014	2013
Vendas e Prestação de Serviços	21	1.707.379,97	2.052.167,94
Subsídio à Exploração	15	6.966.156,79	8.097.882,19
Ganhos/Perdas imputadas a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimento e serviços externos	22	-3.780.687,76	-4.286.999,37
Gastos com o pessoal	23	-1.381.334,69	-1.574.122,51
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	24	14.391,78	-63.537,48
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	455.893,30
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	25	1.404.993,64	1.274.078,67
Outros gastos e perdas	26	-3.795.006,58	-4.401.514,40
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e imposto		1.135.893,15	1.553.848,34
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	27	-1.038.311,46	-1.092.056,29
Imparidade de activos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		97.581,69	461.792,05
Juros e rendimentos similares obtidos	28	7.017,19	6.962,87
Juros e gastos similares suportados	29	-171,79	-100,73
Resultado antes de impostos		104.427,09	468.654,19
Imposto sobre o rendimento do período	19	-11.041,37	-43.153,39
Imposto diferido		0,00	0,00
Resultado Líquido do período		93.385,72	425.500,80

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO

Rita Frasquilho

M. Manuel
 nome de us. note
 José A. S. Silva

9. Demonstração de Fluxos de Caixa

Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
 Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
 31 de Dezembro 2014
 (Valores expressos em euros)

	Notas	31-12-2014	31-12-2013
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		2.377.559,69	2.467.394,59
Pagamentos a fornecedores		(4.228.584,01)	(5.613.731,43)
Pagamentos ao pessoal		817.229,97	(873.872,17)
Caixa gerada pelas operações		(1.033.794,35)	(4.020.209,01)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(11.914,69)	(20.371,31)
Outros recebimentos/pagamentos		1.358.811,94	4.422.787,70
		-	-
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		313.102,90	382.207,38
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(833.492,61)	(688.949,41)
Activos intangíveis		(55.224,92)	(18.225,70)
Investimentos financeiros		-	-
Propriedades de Investimento		-	-
		(888.717,53)	(707.175,11)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		-	-
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos		-	-
Subsídios ao investimento	22	681.435,35	1.046.661,92
Juros e rendimentos similares	29	5.398,00	9.925,27
Dividendos		-	-
		686.833,35	1.056.587,19
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		(201.884,18)	349.412,08
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares	30	(122,79)	(100,73)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		(122,79)	(100,73)
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		(122,79)	(100,73)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		111.095,93	731.518,73
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	3.597.504,75	2.865.986,02
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	3.708.600,68	3.597.504,75

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Rita Fraspilho

A ADMINISTRAÇÃO

M. M. M. M.

10. Demonstrações das Alterações nos Fundos Patrimoniais

FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
 DEMONSTRAÇÕES (CONSOLIDADAS) DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total	Interesses minoritários	Total do capital próprio	
aldo em 1 de Janeiro de 2014 Reexpresso	1	1.995	-	-	-	1.012.499	21.756	-	1.814.329	425.501	3.276.080	-	3.276.080
alterações no período:													
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito de aquisição / alienação de participadas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:		-	-	-	-	21.756	(21.756)	-	(299.210)	-	(299.210)	-	(299.210)
	2	-	-	-	-	21.756	(21.756)	-	(299.210)	-	(299.210)	-	(299.210)
resultado líquido do exercício	3								93.386	93.386	-	93.386	
resultado integral	4=2+3								93.386	(205.824)	-	(205.824)	
operações com detentores de capital no exercício:													
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação de Resultados		-	-	-	-	425.501	-	-	(425.501)	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	5	-	-	-	-	425.501	-	-	(425.501)	-	-	-	-
aldo em 31 de Dezembro de 2014	6=1+2+3+5	1.995	-	-	-	1.459.756	-	-	1.515.119	93.386	3.070.256	-	3.070.256

O anexo faz parte integrante desta demonstração (consolidada) das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Rita Gasquilho

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

M. Manuel D. M.
 novo delus note
 José J. M. S. Rebelo

FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
DEMONSTRAÇÕES (CONSOLIDADAS) DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em Euros)

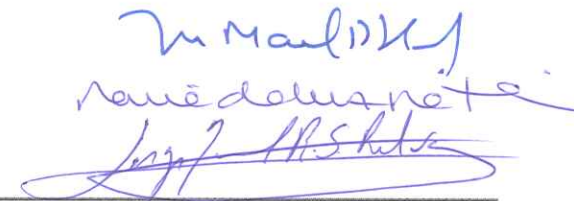
	Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total	Interesses minoritários	Total do capital próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2013 Reexpresso	1	1.995	-	-	-	881.241	12.162	-	2.106.969	131.258	3.133.625	-	3.133.625
Alterações no período:													
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito de aquisição / alienação de participadas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:		-	-	-	-	-	9.595	-	(292.640)	-	(283.045)	-	(283.045)
	2	-	-	-	-	-	9.595	-	(292.640)	-	(283.045)	-	(283.045)
Resultado líquido do exercício	3	-	-	-	-	-	-	-	-	425.501	425.501	-	425.501
Resultado integral	4=2+3	-	-	-	-	-	-	-	-	425.501	142.455	-	142.455
Operações com detentores de capital no exercício:													
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação de Resultados		-	-	-	-	131.258	-	-	-	(131.258)	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	5	-	-	-	-	131.258	-	-	-	(131.258)	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	6=1+2+3+5	1.995	0	0	0	1.012.499	21.756	0	1.814.329	425.501	3.276.080	0	3.276.080

O anexo faz parte integrante desta demonstração (consolidada) das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



11. Anexos ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

11.1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa é uma Fundação, com sede em Edifício C5 – Campo Grande - Lisboa, constituída em Dezembro de 1992 e que tem como atividade principal fomentar as atividades de investigação científica, desenvolvimento tecnológico, formação, consultoria e divulgação.

11.2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

11.2.1 Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2014, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (“NCRF-ESNL”), normas interpretativas (“NI”) consignadas, respetivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009 e divulgações publicadas através do anexo nº 10 da Portaria nº 986/2009 de 7 de Setembro, os quais, no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do sector não lucrativo (“ESNL”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por “NCRF-ESNL”.

11.2.2 Disposições do Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo derrogadas no exercício

Não aplicável

11.2.3 Rubricas não comparáveis com o exercício anterior

Não aplicável

11.3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

11.3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo.

11.3.2 Investimentos Financeiro

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, sendo anualmente avaliada a necessidade de contabilização de perdas de imparidade.

11.3.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer.

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

11.3.4 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

11.3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis, excluindo goodwill

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimada o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na respetiva rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

11.3.6 Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem com as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

11.3.7 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com

itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do exercício das várias entidades incluídas no perímetro de consolidação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal (i) e (iii) a Empresa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

11.3.8 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos ativos cuja aquisição se destinaram.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

11.3.9 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato os itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. Os itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

11.3.10 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a Empresa desenvolveu um plano formal detalhado de reestruturação e iniciou a implementação do mesmo ou anunciou as suas principais componentes aos afetados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, conseqüentemente, relacionados com as atividades correntes da Empresa.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

11.3.11 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito é reconhecido líquido de impostos relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando se encontra estabelecido o direito da Empresa receber o correspondente montante.

11.3.12 Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que

proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

11.3.13 Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

11.4 FLUXOS DE CAIXA

11.4.1 Caixa e depósitos bancários

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 têm a seguinte composição:

	2014	2013
Numerário	0,00	0,00
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	3.710.822,50	3.599.651,69
Aplicações de tesouraria	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes	<u>3.710.822,50</u>	<u>3.599.651,69</u>
Linhas de crédito de curto prazo	0,00	0,00
Descobertos bancários	2.221,82	2.146,94
Caixa e depósitos bancários	<u>2.221,82</u>	<u>2.146,94</u>
	<u>3.708.600,68</u>	<u>3.597.504,75</u>

Os montantes registados em Balanço na rubrica Financiamentos obtidos respeitam ao saldo credor que se encontra evidenciado na rubrica Caixa e Bancos no valor de 2.221,82€.

Encontra-se na rubrica Depósitos a prazo, a 31 de Dezembro de 2014, o montante de 772.517,66 Euros com o seguinte detalhe:

	2014			
	Montante	Taxa	Início	Vencimento
Depósito a prazo	25.000,00	0,00%	25-10-2014	14-01-2015
Depósito a prazo	75.000,00	0,00%	22-12-2014	22-01-2015
Depósito a prazo	150.000,00	0,00%	25-12-2014	25-01-2015
Depósito a prazo	350.000,00	0,10%	04-10-2014	03-04-2015
Depósito a prazo	91.132,00	0,25%	23-08-2014	24-08-2015
Depósito a prazo	28.000,00	0,25%	30-06-2014	24-01-2015
Depósito a prazo	27.490,50	0,25%	30-06-2014	12-03-2015
Depósito a prazo	23.495,16	0,20%	30-06-2014	14-02-2015
	<u>2.400,00</u>	2,20%	30-06-2014	18-11-2015
	<u>772.517,66</u>			

Conforme referido na Nota 12 (em Outras Contas a Receber) foi registado o montante de 285,77 euros relativos a juros a receber relativos ao ano de 2014.

11.5 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

11.6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2014				
	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Total
Activo bruto:					
Saldo inicial	3.756.103,79	89.697,97	4.595.742,57	2.386.384,30	10.827.928,63
Aquisições	155.713,77		302.706,47	192.201,74	650.621,98
Alienações					
Transferências					
Abates	-6.953,70		-3.893,88	-16.567,00	-27.414,58
Revalorizações (Nota ___)					
Outras variações					
Saldo final	<u>3.904.863,86</u>	<u>89.697,97</u>	<u>4.894.555,16</u>	<u>2.562.019,04</u>	<u>11.451.136,03</u>
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo inicial	2.963.268,79	89.698,06	4.228.599,50	1.498.821,71	8.780.388,06
Amortizações do exercício	299.919,34		404.519,37	304.340,94	1.008.779,65
Perdas por imparidade do exercício					
Reversões de perdas por imparidade					
Alienações					
Transferências					
Abates			-2.756,90	-3.018,81	-5.775,71
Outras variações					
Saldo final	<u>3.263.188,13</u>	<u>89.698,06</u>	<u>4.630.361,97</u>	<u>1.800.143,84</u>	<u>9.783.392,00</u>
Activo líquido	<u>641.675,73</u>	<u>-0,09</u>	<u>264.193,19</u>	<u>761.875,20</u>	<u>1.667.744,03</u>

2013					
	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Total
Activo bruto:					
Saldo inicial	3.595.184,43	89.697,97	4.228.571,21	2.174.626,49	10.088.080,10
Aquisições	164.613,16		375.784,70	234.238,09	774.635,95
Alienações					
Transferências					
Abates	-3.693,80		-8.613,34	-22.480,28	-34.787,42
Revalorizações (Nota __)					
Outras variações					
Saldo final	<u>3.756.103,79</u>	<u>89.697,97</u>	<u>4.595.742,57</u>	<u>2.386.384,30</u>	<u>10.827.928,63</u>
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo inicial	2.649.196,90	79.848,95	3.800.898,00	1.182.484,87	7.712.428,72
Amortizações do exercício	315.410,75	9.849,11	435.416,94	317.564,06	1.078.240,86
Perdas por imparidade do exercício					
Reversões de perdas por imparidade					
Alienações					
Transferências					
Abates	-1.338,86		-7.715,44	-1.227,22	-10.281,52
Outras variações					
Saldo final	<u>2.963.268,79</u>	<u>89.698,06</u>	<u>4.228.599,50</u>	<u>1.498.821,71</u>	<u>8.780.388,06</u>
Activo líquido	<u>792.835,00</u>	<u>-0,09</u>	<u>367.143,07</u>	<u>887.562,59</u>	<u>2.047.540,57</u>

Vidas úteis e depreciação

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Classe homogénea	Anos
Edifícios e outras construções	
Equipamento básico	1-10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	1-10
Outros ativos fixos tangíveis	1-10

11.7 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2014				Total
	Projectos de desenvolv.	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis	
Activo bruto:					
Saldo inicial		261.823,52			261.823,52
Aquisições		55.224,92			55.224,92
Alienações		-			
Transferências e abates					
Revalorizações (Nota __)					
Outras variações					
Saldo final		317.048,44			317.048,44
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo inicial		246.464,00			246.464,00
Amortizações do exercício		29.531,81			29.531,81
Perdas por imparidade do exercício					
Reversões de perdas por imparidade					
Alienações					
Transferências e abates					
Outras variações					
Saldo final		275.995,81			275.995,81
Activo líquido		41.052,63			41.052,63

	2013				Total
	Projectos de desenvolv.	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis	
Activo bruto:					
Saldo inicial		243.597,82			243.597,82
Aquisições		18.225,70			18.225,70
Alienações		-			
Transferências e abates					
Revalorizações (Nota __)					
Outras variações					
Saldo final		261.823,52			261.823,52
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo inicial		232.648,57			232.648,57
Amortizações do exercício		13.815,43			13.815,43
Perdas por imparidade do exercício					
Reversões de perdas por imparidade					
Alienações					
Transferências e abates					
Outras variações					
Saldo final		246.464,00			246.464,00
Activo líquido		15.359,52			15.359,52

Vidas úteis e amortização

Os ativos intangíveis de vida útil finita são amortizados de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Classe homogénea	Anos
Programas de computador	1-3

11.8 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o movimento ocorrido nas rubricas “Participações financeiras”, bem como das respetivas perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2014					
	Outros métodos				
	Método da equivalência patrimonial	Justo valor	Custo	Total outros métodos	Total
Valor bruto:					
Saldo inicial	0,00	0,00	29.480,00	29.480,00	29.480,00
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regularizações - Método da equivalência patrimonial (Nota __)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Revalorizações de justo valor (Nota __)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	29.480,00	29.480,00	29.480,00
Perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo inicial	0,00	0,00	-6.060,41	-6.060,41	-6.060,41
Perdas por imparidade do exercício (Nota 26)	0,00	0,00	6.060,41	6.060,41	6.060,41
Reversões de perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activo líquido	0,00	0,00	29.480,00	29.480,00	29.480,00
2013					
	Outros métodos				
	Método da equivalência patrimonial	Justo valor	Custo	Total outros métodos	Total
Valor bruto:					
Saldo inicial	0,00	0,00	29.480,00	29.480,00	29.480,00
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regularizações - Método da equivalência patrimonial (Nota __)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Revalorizações de justo valor (Nota __)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	29.480,00	29.480,00	29.480,00
Perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo inicial	0,00	0,00	7.678,89	7.678,89	7.678,89
Perdas por imparidade do exercício (Nota 26)	0,00	0,00	-4.144,57	-4.144,57	-4.144,57
Reversões de perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações	0,00	0,00	-9.594,73	-9.594,73	-9.594,73
Saldo final	0,00	0,00	-6.060,41	-6.060,41	-6.060,41
Activo líquido	0,00	0,00	35.540,41	35.540,41	35.540,41

A Fundação detém uma participação financeira na entidade PETSYS, S.A, adquirida pelo montante de 29.480,00 Euros, representativa de 7,10% de capital. À data de apresentação do fecho de 2014, não foram disponibilizadas à FFCUL as Demonstrações Financeiras da empresa PETSYS, por as mesmas ainda não estarem concluídas.

11.9 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Fundação da Faculdade de Ciências encontra-se sujeito a um regime de tributação misto, sendo parte das operações realizadas não sujeitas a tributação, uma vez que não têm por finalidade a obtenção de resultados e a parte relativa a prestações de serviços e custos associados tributáveis pelo regime geral.

Na parte tributável a Fundação encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou

impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2011 a 2014 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 2014 e em 2013.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos são reportáveis durante um período de 4 anos (6 anos para os incorridos até 2011) após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

11.10 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 as contas a receber da Empresa têm a seguinte composição:

	2014			2013		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Não correntes:						
Clientes, conta corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contas a Receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Correntes:						
Clientes, conta corrente	501.331,95	99.861,30	401.470,65	787.188,81	314.570,10	472.618,71
Outras Contas a Receber	7.915.138,69	0,00	7.915.138,69	8.161.140,02	0,00	8.161.140,02
	<u>8.416.470,64</u>	<u>99.861,30</u>	<u>8.316.609,34</u>	<u>8.948.328,83</u>	<u>314.570,10</u>	<u>8.633.758,73</u>
TOTAL	<u>8.416.470,64</u>	<u>99.861,30</u>	<u>8.316.609,34</u>	<u>8.948.328,83</u>	<u>314.570,10</u>	<u>8.633.758,73</u>

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram reconhecidas *perdas por imparidade* líquidas em dívidas a receber no montante de 725,97 Euros (Nota 24) e o valor das contas a receber foram de 7.915.138,69 Euros.

11.11 ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

O saldo desta rubrica compreende os adiantamentos efetuados a fornecedores por conta de encomendas a satisfazer.

11.12 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a rubrica "Outras contas a receber" tem a seguinte composição:

	2014	2013
Pessoal	0,00	0,00
Devedores p/ acresc. rend.	7.499.246,90	7.674.629,98
Adiantamentos Concedidos Projetos	57.527,05	7.384,47
Parceiros	84.139,34	205.699,77
Outras contas a receber	<u>274.225,40</u>	<u>273.425,80</u>
	<u>7.915.138,69</u>	<u>8.161.140,02</u>

Nos Devedores p/acréscimo de rendimentos são contabilizados os adiantamentos efetuados pela Fundação aos Projetos para que estes possam realizar despesa, atendendo a que estes não têm disponibilidades suficientes para a sua execução.

A rubrica de Outras Contas a Receber no montante de 274.225,40€ inclui o valor a receber da FCUL relativamente à assunção da dívida do ICAT no valor de 157.160,49€.

11.13 DIFERIMENTOS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 as rubricas do ativo corrente "Diferimentos" têm a seguinte composição:

Natureza	2014	2013
Seguros	17.150,06	19.047,65
Contratos de manutenção	1.089,23	337,61
Assinaturas Publicações	0,00	11.819,87
Licença Informática	6.322,80	5.052,24
Outros gastos a reconhecer	3.087,78	2.505,56
	<u>27.649,87</u>	<u>38.762,93</u>

11.14 FUNDOS PRÓPRIOS

Em 31 de Dezembro de 2014, o capital da Empresa, era composto com o valor nominal de 1.995,19 Euros.

	2014	2013
Capital:		
Valor nominal	1.995,19	1.995,19
Capital não realizado	0,00	0,00
Custos de emissão	0,00	0,00
	<u>1.995,19</u>	<u>1.995,19</u>
Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Prémios de emissões	0,00	0,00
	<u>1.995,19</u>	<u>1.995,19</u>

11.15 OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	2014	2013
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	0,00	0,00
Subsídios	1.532.499,51	1.831.709,03
Doações	500,00	500,00
Outras	-17.880,07	-17.880,07
	<u>1.515.119,44</u>	<u>1.814.328,96</u>

11.16 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os montantes registados em Balanço na rubrica de Financiamentos obtidos respeitam aos saldos credores que se encontram evidenciados nas rubricas de Caixa e Bancos, devendo os mesmos ser regularizados no curto prazo.

11.17 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a rubrica "Outras contas a pagar" tem a seguinte composição:

	2014	2013
Pessoal	0,00	0,00
Fornecedores de investimento	53.676,34	250.988,47
Credores por acréscimos de gastos	153.583,56	206.089,37
Adiantamentos Concedidos Projetos	39.222,75	69.680,84
Parceiros	908.111,61	818.746,40
Outras contas a pagar	133.322,16	145.421,92
	<u>1.287.916,42</u>	<u>1.490.927,00</u>

11.18 FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a rubrica de "Fornecedores" tem a seguinte composição:

	2014	2013
Fornecedores, conta corrente	473.238,62	628.118,15
Fornecedores, títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
	<u>473.238,62</u>	<u>628.118,15</u>

11.19 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” têm a seguinte composição:

	2014		2013	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	0,00	0,00	0,00	0,00
Estimativa de imposto	0,00	11.041,37	0,00	43.153,39
Retenção na fonte	9.420,87	0,00	8.542,75	0,00
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	0,00	17.847,63	0,00	24.107,00
Imposto sobre o rendimento - prediais	0,00	115,50	0,00	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	54.170,27	42.081,58	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	23.080,92	0,00	28.504,40
	<u>9.420,87</u>	<u>106.255,69</u>	<u>50.624,33</u>	<u>95.764,79</u>

A 31 de Dezembro de 2014 a Fundação não apresentava dívidas em mora para com as entidades públicas.

11.20 DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a rubrica do passivo corrente “Diferimentos” tem a seguinte composição:

Natureza	2014	2013
Proveitos Diferidos	7.080.309,75	6.373.446,68
Outros Proveitos Diferidos	1.804.456,58	2.572.087,34
	<u>8.884.766,33</u>	<u>8.945.534,02</u>

Nos Proveitos Diferidos foram registadas as entradas de verbas para os Projetos, as quais serão reconhecidas em rendimentos à medida que forem executadas as despesas dos Projetos.

Nos Outros Proveitos Diferidos são registados a quota parte (Overheads) relativa às entradas de verba (Subsídios) que também são reconhecidos em rendimentos da Fundação à medida que os Projetos se forem executando.

11.21 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e prestações de serviços reconhecidas pela Empresa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 têm a seguinte composição:

	2014	2013
Venda de bens	0,00	813,01
Serviços Prestados	1.707.379,97	2.051.354,93
	<u>1.707.379,97</u>	<u>2.052.167,94</u>

11.22 SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios:

Ano 2014		Montante recebido	Rédito do período
<u>Subsídio</u>			
Subsídios à exploração:		6.596.105,37	6.966.156,79
---		0,00	0,00
		<u>6.596.105,37</u>	<u>6.966.156,79</u>
Subsídios relacionados com activos:		681.435,35	1.058.057,36
---		0,00	0,00
		<u>681.435,35</u>	<u>1.058.057,36</u>
		<u>7.277.540,72</u>	<u>8.024.214,15</u>

Ano 2013		Montante recebido	Rédito do período
<u>Subsídio</u>			
Subsídios à exploração:		8.535.703,41	8.097.882,19
---		0,00	0,00
		<u>8.535.703,41</u>	<u>8.097.882,19</u>
Subsídios relacionados com activos:		1.046.661,92	1.093.359,12
---		0,00	0,00
		<u>1.046.661,92</u>	<u>1.093.359,12</u>
		<u>9.582.365,33</u>	<u>9.191.241,31</u>

11.23 FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 tem a seguinte composição:

	2014	2013
Serviços Especializados	1.286.221,87	1.491.049,83
Materiais	459.602,54	697.225,44
Energia e fluidos	381.998,37	354.585,24
Deslocações, estadas e transportes	966.118,92	1.045.589,91
Serviços diversos:	686.746,06	698.548,95
Rendas e alugueres	598.501,95	626.874,02
Comunicação	28.251,79	29.862,85
Seguros	3.502,71	4.792,22
Contencioso e notariado	628,45	878,96
Despesas de representação	54.817,35	35.579,35
Outros serviços	1.043,81	561,55
	<u>3.780.687,76</u>	<u>4.286.999,37</u>

11.24 GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 tem a seguinte composição:

	2014	2013
Remunerações dos órgãos sociais	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	1.135.339,42	1.296.005,43
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	231.658,39	264.614,90
Seguros	10.210,64	9.665,56
Gastos de acção social	0,00	0,00
Outros	4.126,24	3.836,62
	<u>1.381.334,69</u>	<u>1.574.122,51</u>

O número médio de pessoal nos exercícios de 2014 e 2013 foi de 52 e de 56, respetivamente.

11.25 IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER

No exercício de 2014 foi registado na rubrica de “Imparidade de dívidas a receber” o montante de 725,97 Euros relativo a ajustamento para clientes de cobrança duvidosa, tendo sido registado uma reversão de perdas de imparidades no montante de 15.117,75 Euros.

11.26 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 tem a seguinte composição:

	2014	2013
Rendimentos suplementares	0,00	0
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros:	1.404.993,64	1.274.078,67
Subsídio ao Investimento	1.058.057,36	1.093.359,12
Correcções de Exercícios Anteriores	286.769,93	173.819,02
Outros	60.166,35	6.900,53
	<u>1.404.993,64</u>	<u>1.274.078,67</u>

11.27 OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 tem a seguinte composição:

	2014	2013
Impostos	80.094,43	103.204,65
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, assoc. e emp. conjuntos:		
Outros gastos e perdas (Notas __)	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	0,00	2.203,67
Juros de Mora e Compensatórios	0,00	0,00
Outros:		
Custos com Bolsiros	2.820.323,38	3.154.084,74
Ajudas de Custo	543.941,22	553.965,44
Outros gastos e perdas	350.647,55	588.055,90
	<u>3.795.006,58</u>	<u>4.401.514,40</u>

11.28 AMORTIZAÇÕES

A rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 tem a seguinte composição:

	2014	2013
Activos fixos tangíveis (Nota 6)	1.008.779,65	1.078.240,86
Propriedades de investimento	0,00	0,00
Intangíveis (Nota 7)	29.531,81	13.815,43
	<u>1.038.311,46</u>	<u>1.092.056,29</u>

11.29 JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 têm a seguinte composição:

	2014	2013
Juros obtidos:		
Depósitos em instituições de crédito	5.325,56	6.038,57
Outras aplicações em meios financeiros líquidos	0,00	0,00
Financiamentos concedidos a subsidiárias	0,00	0,00
Financiamentos concedidos a associadas e entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Outros financiamentos concedidos	169,163	924,30
	<u>7.017,19</u>	<u>6.962,87</u>
Dividendos obtidos:		
Aplicações em meios financeiros líquidos	0,00	0,00
Subsidiárias	0,00	0,00
Associadas e entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Outras entidades	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
	<u>7.017,19</u>	<u>6.962,87</u>

11.30 JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 têm a seguinte composição:

	2014	2013
Juros suportados:		
Financiamentos bancários	0,00	54,73
Loações financeiras	0,00	0,00
Empréstimos obrigacionistas	0,00	0,00
Outros financiamentos	17,179	46,00
	<u>17,179</u>	<u>100,73</u>
Diferenças de câmbio desfavoráveis em financiamentos	0,00	0,00
Perdas em instrumentos de cobertura associados a financiamentos	0,00	0,00
Outros gastos de financiamento:	0,00	0,00
Comissões e encargos similares	0,00	0,00
Imposto do selo	0,00	0,00
Outros financiamentos	0,00	0,00
	<u>17,179</u>	<u>100,73</u>

11.31 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11.32 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2014.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais

O Técnico Oficial de Contas

Rita Frascquilho

O Conselho de Administração

M. Manuel
nao de curato
Jorge A.S. Silva

Certificação Legal das Contas



Tel: +351 217 990 420
Fax: +351 217 990 439
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, (adiante também designada por FFCUL ou Fundação), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um ativo líquido de 13 824 656 euros e um total de fundos patrimoniais de 3 070 257 euros, incluindo um resultado líquido de 93 386 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo referentes ao exercício findo naquela data.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem, de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Fundação, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um apropriado sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto ao mencionado no parágrafo 7 seguinte, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objetivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o nosso exame incluiu: (i) a verificação, por amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

BDO & Associados, SROC, Lda., Sociedade por quotas, Sede Av. da República, 50 - 10º, 1069-211 Lisboa, Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, NIPC 501 340 467, Capital 100 000 euros. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na OROC sob o número 29 e na CAVM sob o número 1122. A BDO & Associados, SROC, Lda., sociedade por quotas registada em Portugal, é membro da BDO International Limited, sociedade inglesa limitada por garantia, e faz parte da rede internacional BDO de firmas independentes.



Reserva

7. O sistema contabilístico e de controlo interno tem vindo a ser melhorado com vista a ultrapassar determinadas insuficiências que ainda persistem nalgumas áreas, nomeadamente nas confirmações e reconciliações de saldos com terceiros e no sistema de informação de gestão de projetos. Apesar dos esforços que tem vindo a ser desenvolvidos pela Fundação para o encerramento de projetos de anos anteriores, cujo impacto tem sido relevado em Resultados do Exercício, estão por encerrar outros projetos de anos anteriores em fase de análise, relativamente aos quais se desconhece o respetivo impacto ao nível dos Fundos Patrimoniais. Esta limitação ao âmbito do nosso trabalho está a ser acompanhada por parte do Conselho de Administração da Fundação com vista à sua progressiva resolução.

Opinião

8. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no anterior parágrafo 7, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 13 de março de 2015

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Pedro Aleixo Dias'.

Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao Conselho Geral,

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2014, a atividade da **Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa**, foram examinados os livros, registos contabilísticos e demais documentação, foi constatada a observância da lei e dos estatutos e obtivemos sempre do Conselho de Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados. O Conselho Fiscal apreciou o Relatório Anual da BDO (Sociedade de Revisores membro deste Conselho) sobre a fiscalização efetuada, cujo conteúdo mereceu a nossa concordância e que, nos termos da lei, fica a fazer parte integrante do presente relatório.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Fundação e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Parecer

Assim, somos de parecer:

- 1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014;
2. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.
3. O Conselho Fiscal recomenda que as medidas corretivas e as melhorias já desencadeadas pelo Conselho de Administração, com reconhecidos resultados práticos no período de 2009 a 2014, tenham continuidade para completa resolução das questões evidenciadas na referida Certificação Legal das Contas, nomeadamente através da inventariação total dos ativos e passivos da Fundação e a implementação de procedimentos de controlo interno e contabilísticos adequados, de modo a que as demonstrações financeiras possam permitir uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Fundação. Relativamente ao Grupo de Trabalho constituído em 2009 para a resolução destas questões foram já alcançados progressos de 2010 a 2014, cuja continuação se espera no futuro.



4. À semelhança do exercício anterior, o Conselho Fiscal recomenda também que o Conselho de Administração assegure um especial acompanhamento do processo da dívida do ex-ICAT, que no decorrer deste exercício de 2014 foi assumida pela Faculdade de Ciências da universidade de Lisboa, no âmbito da liquidação do ICAT, com vista à sua integral recuperação.

Lisboa, 13 de março de 2015


O CONSELHO FISCAL



Prof. Dr. Jorge Miguel Alberto de Miranda - Presidente



Prof. Dr. Luís Fernando Sanchez Rodrigues - Vogal



Dr. Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC